

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ANDRÉ DOS SANTOS ALONSO PEREIRA

**Petrobras e América do Sul: Integração, Internacionalização
e Geopolítica do Petróleo Brasileiro**

São Paulo

2015

ANDRÉ DOS SANTOS ALONSO PEREIRA

Petrobras e América do Sul: Integração, Internacionalização e Geopolítica do Petróleo Brasileiro

Trabalho de Graduação Individual apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde

SÃO PAULO

2015

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, a mim mesmo, que antes de tudo passei por muita coisa até chegar aqui nesses momentos derradeiros da graduação. No começo, passei pela etapa mais fácil: o vestibular para entrar na USP. Não que ele seja fácil de maneira alguma, mas eu honestamente não esperava o que viria a seguir. Leituras difíceis, provas que te exigiam escrever um mini-artigo em 3 três horas, xeroxes infinitas a serem tiradas todos os dias para as matérias. Isso tudo em um ambiente que tinha greve quase o tempo todo, sistema virtuais que teimavam em não te matricular nas disciplinas que você queria, sem contar o circular antigo que fazia você temer pela a sua vida quando entrasse nele. E o atual que você nem consegue entrar de tão lotado que vem. Sem contar a cobrança de ser estudante naquela que é considerada a melhor faculdade da América Latina. Mas eu segui adiante. A cada matéria que eu passava, cada relatório de campo entregue, cada final de semestre infernal superado, o diploma do bacharelado parecia chegar mais perto.

Bem, não foi exatamente assim. Depois que passa os dois primeiros anos, aqueles com mais disciplinas obrigatórias, você começa a decidir seu rumo. Muitos dos seus amigos já não te acompanham mais sempre, pois agora você precisa fazer sua própria grade horária, procurar um estágio e começar a licenciatura. Por isso, gostaria de agradecer a Fundap, que me proporcionou meus dois primeiros empregos: Um na própria Fundap e outro no IGC, onde eu tive meus primeiros contatos com os famosos softwares de geoprocessamento, tão comentado nos corredores da faculdade. De lá, reuni experiência para o meu próximo estágio na Sisgraph, onde pude aprofundar meus conhecimentos. A todas as pessoas que eu conheci nesses lugares, que me ajudaram na minha caminhada, meus mais sinceros obrigado.

Gostaria de agradecer também a USP pelo fornecimento de um ano de bolsa de iniciação científica. Graças a esse apoio, pude me aprofundar na pesquisa acadêmica, participar de simpósios e conhecer mais gente de área de estudo em comum com a minha. Meu grande agradecimento ao Professor Rodrigo Valverde, que me orientou nessa etapa da graduação, quando eu tinha poucas esperanças de conseguir que ela fosse adiante. E também por até hoje continuar me orientando. Aproveitando, gostaria de agradecer

também aos outros professores da graduação, cada um do seu jeito me ensinou um pouco do conhecimento geográfico que eu possuo hoje em dia.

Indo para um terreno mais familiar, gostaria de agradecer aos meus pais: minha mãe Izilda Maria e meu pai José Roberto, que sempre colocaram minha educação como prioridade em suas vidas e se esforçaram muito para que eu pudesse chegar aonde estou. Não sei o que eu seria sem eles. Gostaria de agradecer a minha irmã, Mariana, por sempre acreditar em mim. Gostaria de agradecer aos meus avós: Seu Gabriel (que Deus o tenha), Dona Mercedes, Seu Arthur e Dona Zulmira, que sempre buscaram me agradar e me apoiar nos momentos difíceis. Gostaria de agradecer a minha Tia Ângela, que diversas vezes me fornecia ajuda valiosa quando eu precisava. Minhas primas Tássia e Clarissa, que tiveram que me aturar por muito tempo e minha Tia Cida, que me deu de presente meu primeiro Atlas Geográfico.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus amigos, colegas, comparsas, cúmplices, chegados, conhecidos, inquilinos, aliados, camaradas, simpatizantes, companheiros, bichos, veteranos, tias da xerox e Sap. Conheci várias pessoas nesse tempo, fiz algumas amizades e espero levar elas adiante para a vida. Poderia citar alguns dos meus amigos da faculdade, mas receio não haver espaço para colocar todos (mentira, tem sim, mas eu não quero mesmo ficar citando todo mundo um por um ou correr o risco de esquecer alguém). Gostaria de agradecer ao meu grande amigo Yan, a quem conheço desde a pré-escola e é praticamente meu único verdadeiro amigo da minha gloriosa cidade-natal, Santos. Que por sinal é muito melhor que São Bernardo do Campo e Mogi das Cruzes. Para finalizar, vou citar uma frase que eu acho maneira do jogo Bioshock, apesar de não necessariamente ser pertinente aqui: “Todos fazemos escolhas, mas, no fim, nossas escolhas nos fazem”.

Resumo

PEREIRA, André dos Santos A. ***Petrobras e América do Sul: Integração, Internacionalização e Geopolítica do Petróleo Brasileiro***. 2015. 86f. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A busca pelo acesso aos recursos energéticos é um dos pilares de qualquer economia de uma nação, especialmente daquelas mais industrializadas. Dentre esses recursos, o petróleo se destaca por sua gama variada de usos que o elevou a posição de ser uma das principais matérias-primas do mundo. Por isso, é extremamente cobiçado pelas grandes potências, dependentes dele, e que constantemente se envolvem em conflitos ao seu torno, principalmente em regiões aonde ele é mais abundante, como o Oriente Médio. Para intermediar suas relações comerciais e políticas em torno deste hidrocarboneto, o Brasil criou a Petrobras em 1953, inicialmente para tratar apenas das questões relacionadas ao território brasileiro, mas a partir de 1973, com o primeiro choque do Petróleo, promoveu a internacionalização da estatal. Após diversas fases nas décadas posteriores que não resultaram em uma presença constante da empresa no exterior, a companhia deu início a uma fase de aquisições dentro da América do Sul após a quebra de seu monopólio estatal em 1997 que marcou a consolidação da internacionalização da empresa, que passou a atuar nos cinco continentes e virou uma das líderes do setor energético na América Latina e uma das maiores petrolíferas do mundo. Através da força da estatal, o governo brasileiro, que mesmo com o fim do monopólio controla a empresa, usa-a como um de seus instrumentos na política externa para exercer sua liderança regional e promover a integração regional na América do Sul, marcada desde a década de 1990 pelos blocos regionais tais como o Mercosul e mais recentemente a Unasul. Assim, este estudo analisa as relações entre o projeto geopolítico da Petrobras, sua internacionalização e como ela interfere com os projetos brasileiros de integração no subcontinente sul-americano.

Palavras-Chave: Geopolítica Energética, Integração Regional, Internacionalização

Abstract

PEREIRA, André dos Santos A. ***Petrobras and South America: Integration, Internarionalization and Geopoltics of Brazilian Oil***. 2015. 86f. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

The search for access to natural resources is one of the cornerstones of any nation's economy, specially of those considered industrialized. Among these resources, oil has been considered the most important of the past century, given it's numerous uses in the industry, such as fuel. Therefore, it's extremely desired by the global potencies, whose economy and industry are too much dependable on it. No wonder, often they engage in conflits with the producer countries, mostly in Middle East, where the major oils reserves are located. Intending to have a state-owned company to intermediate it's bussiness relations regarding this hydrocarbon, Brazil created Petrobras in 1953, firstly to manage issues about oil in brazilian territory, but after the 1973 oil crisis started to promote the company's internationalization. After several phases throughtout the following decades that did not result in a constant presence of the company abroad, the company begun a new phase in 1997, after ending it's state's monopoly. This step consisted in gathering as much as possible companies in South America to increase Petrobras's market value. It also consolidated the company's internationalization process, now having assets all over the globe. This made Petrobras one of the top oil companies in the world and a latin american leader on the energy sector. With the strength of it's state-owned enterprise, Brazil's governament, still with control power even after ending it's monopoly, has been using the company as one of its tools in foreing policy to act on your leadership in South America, distinguished since 1990 by the regional blocs, like Mercosul and more recently Unasul. This way, the present paper analyzes the relations between the Petrobras's geostrategic plan and it's internalization process, and how does this interferes with Brazil's regional projects of South american integration.

Key-Words: Geopolitics of Energy, Internationalization, Regional Integration

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1	14
1.1 <i>Geopolítica Energética.....</i>	<i>14</i>
1.2 <i>Internacionalização de Empresas.....</i>	<i>19</i>
1.3 <i>Integração Regional.....</i>	<i>22</i>
1.3.1 <i>Integração Energética Sul-Americana.....</i>	<i>25</i>
1.4 <i>Sub-Imperialismo Brasileiro.....</i>	<i>27</i>
CAPÍTULO 2.....	32
2.1 <i>Internacionalização e seu contexto.....</i>	<i>33</i>
2.2 <i>Fundação da Braspetro e os primeiros avanços no exterior.....</i>	<i>36</i>
2.3 <i>As crises dos anos 1980 e as reformas dos anos 1990.....</i>	<i>37</i>
2.4 <i>Petrobras: Uma empresa globalizada.....</i>	<i>41</i>
CAPÍTULO 3.....	46
3.1 <i>Estudo de Caso: Argentina.....</i>	<i>47</i>
3.2 <i>Estudo de Caso: Bolívia.....</i>	<i>53</i>
CAPÍTULO 4.....	61
4.1 <i>Autossuficiência x Interdependência.....</i>	<i>61</i>
4.2 <i>Estratégia Global da Petrobras.....</i>	<i>64</i>
4.3 <i>A Internacionalização em segundo plano.....</i>	<i>70</i>
4.4 <i>Perspectivas da Integração Energética Sul-Americana.....</i>	<i>72</i>
4.5 <i>O uso (Geo)político da Petrobras.....</i>	<i>76</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	82

Introdução

Petróleo, numa definição simples que poderia ser encontrada em qualquer dicionário de língua portuguesa do Brasil, é descrito como “substantivo: óleo mineral natural combustível, de cor muito escuro, dotado de cheiro característico mais ou menos pronunciado e formado por hidrocarbonetos”. Já para a palavra Brasileiro: “adjetivo: relativo ou pertencente à República Federativa do Brasil ou que é o seu natural ou habitante” e também “relativo ou pertencente aos brasileiros”. Uma empresa cujo nome completo é “Petróleo Brasileiro S.A.”, portanto, em uma primeira impressão considerando apenas a formação gramatical desse nome, provavelmente deva se tratar de uma companhia que cuida exclusivamente de assuntos relacionados a petróleo dentro do território brasileiro. Porém, quando fazemos uma análise mais ampla, considerando todo o escopo geográfico das ações desta companhia, percebemos que ela está inserida muito além das fronteiras verde-amarelas.

Uma das razões disto está na natureza da exploração do seu principal produto, eternizado em seu nome. O petróleo é usado desde a antiguidade como material inflamável. Em algumas regiões da Ásia Central, era usado em rituais religiosos. Ainda hoje, não falta quem trate este mineral com essa mesma devoção religiosa. Desde a segunda revolução indústria global do século XIX, o petróleo foi gradualmente adquirindo cada vez mais importância econômica. Ciclos econômicos inteiros foram iniciados por sua causa, verdadeiros impérios empresariais nasceram dos lucros que ele causava, nações desenhadas com régua em projeções cartográficas para melhor controlar a sua produção. Winston Churchill, ex-primeiro ministro inglês, redesenhou todo o quadro político do Oriente Médio pós Primeira Guerra Mundial para que o decadente Império Britânico pudesse controlar as zonas de extração petrolífera da maneira que fosse mais vantajosa para eles. Nações foram erguidas sobre as enormes jazidas, governos foram instaurados e derrubados, guerras foram travadas. Sheiks, Aiatolás, Caudilhos, Czares construíram grandiosos palácios com a riqueza que adquiriram, assim como alguns deles acabaram sendo bombardeados pelas forças bélicas das potências de primeiro mundo. A importância do petróleo conforme o século XX foi passando só aumentou. Como diz Brito (2012):

“O fato de o sistema energético internacional ter desenvolvido tamanha dependência do Petróleo transformou essa fonte de energia em um recurso natural “geopolitizado”. O petróleo tornou-se um dos focos primordiais das relações internacionais, estando até mesmo no cerne de algumas disputas armadas. Com frequência tem sido usado como arma política e econômica. (2012:p.27) ”

De todos os recursos naturais utilizados pela sociedade humana atualmente, poucos tem importância equivalente ou superior à do Petróleo (possivelmente somente a água). É vital para as maiores economias do mundo, bem como as emergentes ou em desenvolvimento, que mantenham esse produto sempre dentro de um patamar de conforto energético, garantido a quantidade mínima necessária para manter em funcionamento a produção do país. Para tal, é preciso realizar um perigoso jogo geopolítico em que os interesses dos atores envolvidos são assimétricos entre si, e que qualquer impasse pode provocar um gigantesco efeito em cadeia na economia global, arrastando o mundo em severas crises.

Enquanto esse hidrocarboneto vem lançando o mundo em um estado de combustão permanente, o Brasil, potência-mor do subcontinente americano, cavou fundo em busca dele. Encontrou petróleo em camadas geológicas tão profundas quanto a ruptura na sociedade brasileira que ele provocou e ainda causa. Desde os manifestos de Monteiro Lobato nos anos 30, até os protestos atuais por contas dos escândalos gerados pela Operação Lava-Jato, o mote “O Petróleo é nosso” serviu como plano de fundo para debates históricos. O mais famoso deles foi entre dois grupos distintos durante o último governo de Getúlio Vargas na década de 1950. Os “nacionalistas” e os “entreguistas”, como assim eram chamados quando o então Presidente sancionou em 1953, a lei nº 2004, que criou a Petrobras, sigla para Petróleo Brasileiro, conforme supracitado. Nome mais adequado, talvez, fosse impossível de dar.

Ao nascer, a Petrobras detinha o monopólio sobre o petróleo que estivesse dentro do limite territorial brasileiro, incluindo as águas profundas de seu litoral. Com isso, o Estado brasileiro, através da que viria ser sua maior empresa estatal, controlava a extração, refino, transporte e comercialização da *commodity* mais valiosa do período histórico atual. Isso perdurou até 1997, quando em um período de reformas econômicas de caráter neoliberal, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso quebrou o monopólio estatal e a

companhia passou a possuir capital misto. Mesmo assim, o governo federal detinha a maior parte de suas ações, então continuou detendo o comando a empresa.

Como veremos a seguir, a Petrobras se viu forçada a se projetar para fora dos limites territoriais brasileiros quando ocorreu o primeiro choque do petróleo em 1973, dando início à sua internacionalização. Até então a estatal se limitava a regular e explorar as atividades petrolíferas circunscrita ao território nacional, bem como servir de intermediária para a importação do Petróleo, visto que na época a maioria esmagadora do petróleo utilizado no Brasil vinha do exterior. Em seus primeiros passos nesse processo, já fora possível identificar futuras tendências e marcas registradas nas ações da companhia. Dentre elas, a preferência pelos seus países vizinhos na América do Sul, sendo a Colômbia o primeiro país a ter uma bandeira da empresa fincada em seu solo. E dali foi gradualmente se expandindo pelos outros continentes, até ocupar todos eles ao começo do século XXI. Nessas últimas décadas, como veremos, a estatal teve seus movimentos de idas e vindas em sua internacionalização, sempre sujeita aos novos fluxos da economia globalizada financeira e aos projetos geopolíticos do Brasil. Quando a empresa perdeu seu monopólio estatal, iniciou-se a maior fase de aquisições em territórios estrangeiros, notadamente, como não poderia deixar de ser, na América do Sul, tendo a Argentina como destaque.

A presença da Petrobras na Argentina é um caso à parte. É, até 2014, o único país no qual a estatal atua em todos os setores possíveis da indústria petrolífera e energética além da sua própria matriz brasileira. Desde a extração em campos petrolíferos, como na Bacia de Neuquén, até a comercialização de produtos derivados, a atividade da empresa é bem extensa, atuando, como se diz no jargão desse tipo de indústria, do “poço à boca”. No país platino, a empresa perde apenas para a estatal local, recém estatizada após ter sido privatizada nos anos 1990.

Além do petróleo, outro recurso energético de destaque vem sendo o gás natural, considerado mais ecologicamente viável do que o outro hidrocarboneto de cor negra. Assim como este último, o gás natural também se encontra em jazidas minerais e seus processos de extração são parecidos. Mas as semelhanças não se resumem a isso, pois o gás também tem seu peso geopolítico. No caso da Petrobras, isso ficou muito evidente quando a empresa entrou em atrito com o principal exportador brasileiro do produto, a Bolívia. A nacionalização das refinarias da empresa foi um marco importante no processo de internacionalização da companhia ao fazer ela passar por seu maior desafio

diplomático. E também a posteriormente a rever alguns conceitos, bem como mudar o planejamento para a sua área internacional, o que muda o papel da empresa no projeto geopolítico do governo brasileiro para a integração sul-americana.

A integração no subcontinente é um tema antigo das relações internacionais local, com vários projetos de siglas variadas sendo planejados ao longo do século XX. Porém, esses projetos sempre esbarraram na intransigência dos países em realmente querer levar algum deles adiante. Outra questão problemática é a assimetria dos países entre si, sobretudo entre o Brasil e o restante. Mesmo com todos os seus problemas, o Brasil há muito tempo está estabilizado na posição de potência regional, graças a fatores como sua posição geográfica, economia, população, dentre outros. Quando focamos na questão energética, vemos novamente os tradicionais empecilhos atrapalhando, apesar das várias semelhanças dos países na questão, como por exemplo: todos têm uma empresa estatal para tratar dessa questão, que foram criadas mais ou menos na mesma época (nos anos 1930 ou 1940, apesar da Petrobras ter sido tardiamente fundada em 1953, em comparação), passaram por algum processo de privatização nos anos 1990, e alguns mais.

Mas nos últimos anos, é possível observar indícios que parecem mudar o *status quo*. Um deles foi a criação da Unasul (União das Nações Sul-Americanas), primeiro bloco político a sair do papel com a presença de todos os 13 países que compõe a América do Sul. Ao contrário dos blocos anteriores, que limitavam os países a se juntarem em sub-regiões locais (o Mercosul no Cone Sul e o CAM nos Andes, por exemplo), a Unasul tem o seu projeto a ambição de aprofundar finalmente o processo integratório, abrangendo diversas áreas, inclusive a energética. Evidentemente, ainda é cedo para aferir se o projeto da Unasul obteve ou obterá logro em seus planos, a maioria deles ainda de longo prazo. Vale destacar, porém, o papel fundamental que a liderança brasileira, tida muitas vezes como pacífica e não-expansionista, teve na articulação que permitiu concretizar essa etapa. Outro destaque é crescente aumento nas relações bilaterais com a Venezuela, país estratégico na questão do geopolítica do petróleo por ser disparado o maior produtor e exportador local.

Nesses momentos podemos perceber como a Petrobras, mesmo não sendo mais 100% uma empresa estatal, ainda atua como o principal agente brasileiro nas questões energéticas, tal como o Itamaraty na diplomacia. Sendo o sócio majoritário, o governo brasileiro tem a capacidade de direcionar as decisões da empresa para onde achar mais vantajoso para eles, mesmo que tenha que dar satisfações aos demais acionistas.

Certamente, essa situação não é sempre vantajosa para a companhia enquanto multinacional em competição acirrada com outras empresas do ramo pela liderança e crescimento no setor. Diversas, as decisões do governo podem não ser aquelas que darão mais lucros ou que aumentarão sua valorização no mercado. Porém, conforme as próximas páginas irão dar uma amostra, este não é o papel que a Petrobras exerce. Um dos nossos objetivos é demonstrar isto. Analisando em comparação o projeto geopolítico brasileiro com as estratégias de internacionalização da empresa nas últimas décadas, é possível apontar ligações entre ambos, mas principalmente objetivos parecidos. E eles envolvem assegurar a liderança regional para aumentar a projeção internacional do Brasil, seja como grande potência econômica, seja como país chave na segurança energética internacional.

Internacionalização, integração e geopolítica. Estes são os conceitos fundamentais desse nosso estudo, focando nesses pontos para mostrar a expansão geográfica da Petrobras mundo afora, especialmente na América do Sul. Embora com significados distintos, podemos afirmar que ambos possuem a mesma finalidade: garantir a segurança energética brasileira, fundamental para não só manter a economia girando, como garantir o acesso de importantes bens e produtos para a população em geral. Vistos sob uma perspectiva geográfica, podemos ensejar uma análise que leve em consideração as diferentes maneiras que eles estão inseridos no espaço, como seus fixos e fluxos se integram e também perceber uma lógica espacial neles, especialmente considerando sua geoeconomia

O objetivo geral desse trabalho é, ilustrar, com uma análise geográfica, os avanços da Petrobras no espaço sul-americano e demonstrar como sua estratégia geopolítica se assemelha com a do próprio Brasil. Além disso, pretendemos contribuir com o debate sobre os possíveis rumos de uma integração latino-americana dando destaque ao viés energético. Nosso enfoque aqui é em particular ao período abrangente de 1997 até 2014, quando a internacionalização da empresa atingiu patamares inéditos em sua história, bem como passou por suas mais graves crises. Nossas principais fontes de pesquisa, além de geógrafos conceituados, abrangem também economistas, em particular os que estudaram o processo de internacionalização da Petrobras, órgãos oficiais, empresas petrolíferas e agências reguladoras da atividade petrolífera, que oferecem dados importantíssimos para esta pesquisa e definição de conceitos-chave. Além de, claro, informações vindas da própria Petrobras, com seus relatórios anuais, planos de negócios e planos estratégicos que nos forneceram valiosas informações para nossa pesquisa.

Esse trabalho começa apresentando os conceitos teóricos que o norteiam, com o embasamento teórico para nossos principais conceitos-chave, com destaque para as questões de geopolítica energética e a integração regional. Em seguida, ele disserta sobre o histórico do processo de internacionalização da Petrobras, dando destaque ao *modus operandis* da empresa e suas evoluções e involuções, para logo após concentrar em dois breves estudos de caso: Argentina e Bolívia, cujas ações diferenciadas da Petrobras em cada caso revela mais um pouco da sua estratégia internacional. Por fim, discorremos sobre o futuro da integração energética sul-americana e das perspectivas da internacionalização da empresa nos próximos anos e o projeto geopolítico de Brasil/Petrobras considerando como a posição de líder regional do país (e empresa) influenciam sua posição em escala global.

CAPÍTULO 1 – Geopolítica Energética, Internacionalização de Empresas e Integração Regional: Os pilares da ação internacional da Petrobras

Os referenciais teóricos que este trabalho possui, explanando sobre alguns de nossos temas chaves, bem como apresentando conceitos e autores do tema e subtemas do nosso trabalho. Iniciaremos falando sobre a Geopolítica Energética, envolvendo os diversos interesses e estratégias dos países dentro do contexto geopolítico da obtenção de fontes energéticas. Em seguida, falaremos sobre o processo de internacionalização das grandes empresas, dando destaque a indústria petrolífera e suas implicações no espaço quando esta se expande no exterior. Após isso, trataremos a respeito do processo de integração regional sul-americana, dando ênfase a partir dos anos 1990, quando novos fatos impulsionaram sua maior consolidação. Como complemento a essa parte e para integrá-la ao tema central de nossa pesquisa, incluiremos também uma parte específica sobre a integração energética do subcontinente e como ela está relacionada a integração geral. Por fim, discorreremos sobre o chamado Sub-Imperialismo brasileiro, termo utilizado para descrever a forma como o Brasil exerce sua liderança regional através de sua maior força territorial e econômica sobre os outros países sulamericanos mesmo sem ser uma grande potência inserida no centro da ordem mundial.

1.1 Geopolítica Energética

Partindo da definição dada por Conant e Gold (1981), a geopolítica é um método de estudo que valoriza as questões de localização entre países como parâmetro para adotar medidas políticas e ações governamentais e de Estado. Também é destacado o “poder” que cada nação detém dentro da comunidade internacional, considerando esta como um sistema anárquico em que cada um de seus indivíduos busca sobrepor seus próprios interesses. Quando consideramos as questões de energia, seu principal objetivo é o de garantir acesso as fontes de matérias primas, de modo que o país tenha o abastecimento suficiente para manter o mínimo necessário não apenas para o presente, mas garantindo também para o futuro.

Por isso, dentro deste contexto, um país que dependa muito da importação de recursos energéticos além de garantir o acesso a eles, precisa gradualmente buscar soluções

alternativas que o ajudem a diminuir a dependência externa. Para cumprir tais objetivos, os governos desses países podem adotar medidas como reforçar as relações bilaterais com os países produtores, estabelecer grupos de negociação do comércio para as matérias-primas, aumentar o investimento externo direto, fornecer tecnologias, dentre vários outros. A fim de mitigar a importação, esses países investem em pesquisas de fontes alternativas, oferecendo incentivos internos que possam eventualmente aumentar a produção nacional. Um exemplo disso foi quando nos anos 1970 o governo brasileiro criou o Proálcool, incentivando a pesquisa do uso do Etanol feito a partir da cana-de-açúcar como combustível para substituir a gasolina, cujo preço disparara em função do primeiro choque de petróleo em 1973.

A questão da localização como fator principal para o acesso aos recursos energéticos é bastante reforçada dentro da geografia política. Harold Mackinder ao elaborar sua teoria do *heartland*, de uma porção de terra no mundo geograficamente privilegiada em termos de localização, destacou a importância que os recursos naturais internos a essa área representavam para sua existência enquanto “terra-coração” e sua funcionalidade enquanto território. Em suma, podemos definir em três principais os interesses, segundo Conant e Gold (1981), as questões da geopolítica energética no que diz respeito aos países industrializados, juntamente com o fator de localização. O desequilíbrio entre eles pode acarretar em consequências terríveis para esses países:

- 1) Suficiência: O suprimento de energia deve ser suficiente de modo a não comprometer a segurança nacional, tem que estar acima do nível mínimo necessário.
- 2) Continuidade: Não pode haver interrupções no abastecimento das matérias-primas. Eventuais cortes podem ocasionar severas crises econômicas e políticas.
- 3) Preço: A energia importada deve ser adquirida por preços razoáveis. Existe uma relação entre o preço e a disponibilidade e acesso as fontes de energia, mas seu preço tem que estar da capacidade de pagar do país.

Nessa definição, os autores distinguem claramente os países como importadores ou produtores dentro da geopolítica energética. Evocam a clássica disparidade “norte-sul” para contextualizar as buscas por matérias primas e as relações econômicas entre os países e escrevem dentro da perspectiva dos países industrializados, mas deixam claro que cada tipo de país está sempre buscando o que é mais interessante para o mesmo. Retificam, porém, como as questões energéticas são de suma importância para os governos, que a

questão deve ser tratada como prioridade, e que precisa nortear sua atuação política tanto em questões domésticas como de política externa em torno disso.

Dentro do cenário mundial, o Petróleo é indiscutivelmente a maior fonte de energia mundial desde o começo do século XX, quando desbancou o carvão, muito devido a descoberta de enormes jazidas nos Estados Unidos, Rússia e notadamente Oriente Médio. Esse hidrocarboneto possuía enormes vantagens em relação as outras fontes de energia. Era barato, exigia pouca mão de obra e suas aplicações são extensas, muito além de apenas fornecer energia ou combustível. Ele é, basicamente, o “sangue” de toda a indústria mundial, sendo utilizado também como matéria-prima de produtos importantes como o plástico.

Quando o primeiro choque do Petróleo ocorreu em 1973, ele respondia por cerca de 63% do consumo energético mundial. Mesmo com a subsequente crise, esse índice continuou crescendo nos anos seguintes. Sua indústria historicamente foi comandada pelas empresas anglo-americanas, disparadas as gigantes do setor. Por muito tempo, através de contratos de concessão nos países produtores, elas comandavam com mãos de ferro os três principais ramos da indústria petrolífera: extração, refino e transporte. Porém, seu oligopólio começou a encontrar resistência dos países produtores quando estes formaram o cartel da OPEP em 1964. A maioria dos seus membros são de países do Oriente Médio (Arábia Saudita, Irã, Iraque, etc...) e norte da África (Líbia, Argélia, etc...) não à toa onde se encontram as maiores reservas mundiais, bem como a Venezuela da América do Sul. Esses países foram percebendo que se pagava muito pouco por um produto tão valorizado e importante. E que aumento no seu preço iria significar mais renda para eles. Logo, a união entre eles atendia um interesse comum de todos, embora ao mesmo tempo isso tenha gerado uma dependência gradual da exportação de petróleo em suas economias. Mas isso de maneira alguma implicou em fechamento de relações com o Ocidente, pois esses países dependiam da venda do Petróleo e também da capacidade de refino dos países ocidentais.

O choque de 1973 foi uma reação dos países árabes a Guerra do Yom Kippur, onde uma coalização de países árabes liderados pelo Egito sofrera pesada derrota militar para Israel, apoiado pelas potências ocidentais. Como retaliação, os países da OPEP decidiram abaixar a produção para elevar os preços. Em apenas três meses, o preço do barril de petróleo saltou de U\$S 2,90 U\$S para U\$S 11,65 (Fonte: Federal Reserve). Considerando a trinca supracitada sobre os interesses da geopolítica energética, elas estavam mais do

que comprometidas. Esse caso é simbólico do antagonismo histórico entre os produtores e “consumidores”. Nos anos seguintes, novas crises foram ocorrendo entre esses dois atores. Os resultados disso foram constantes momentos de tensão política e intervenção bélica das grandes potências, notadamente os Estados Unidos, que conseguiu ao longo dos anos forjar uma importante aliança estratégica com a Arábia Saudita. Os dois países inclusive já realizaram alianças militares, como na primeira Guerra do Golfo em 1991, contra um inimigo comum, o Iraque que na época invadiu militarmente o Kuwait, outro grande produtor local. Atualmente, ambos consideram o governo xiita do Irã seu maior rival naquela sub-região.

Alternativas ao Petróleo foram buscadas desde sempre, mas ainda não o desbancaram da primeira posição. Durante os anos 80 e 90 muito se foi investido na energia nuclear, inclusive ela chegou a ser a principal fonte de energia em países como a França e o Japão. Porém, seus custos elevados somado ao risco de acidentes (como o de Fukushima em 2011) acabaram impedindo maiores crescimentos e até o banimento em alguns países como a Alemanha. Atualmente, o óleo de xisto (*shale oil*) vem se mostrando bastante competitivo, ameaçando tomar a liderança nos Estados Unidos, embora a OPEP (liderada pela Arábia Saudita) esteja manobrando para abaixar o preço do barril de petróleo na tentativa de tirar competitividade do óleo de xisto através de *dumping*. Seu impacto vem crescendo na economia americana, e algumas estimativas dizem que até 2035 ele poderia garantir a independência energética americana, o que mudaria completamente o paradigma geopolítico do petróleo (IEA, 2014).

Além das grandes companhias de petróleo inglesas e americanas, dominantes no mercado, como o grupo conhecido por “Sete Irmãs”, outro tipo de companhia de petróleo que ganhou destaque, até como contraponto as anteriores, foram as estatais. Sua principal função era a de justamente combater o monopólio anglo-americano no setor, e também de evidentemente garantir seu próprio abastecimento, garantindo assim a segurança energética nacional. Tais objetivos estavam intimamente ligados entre si, conforme Conant e Gold nos apontam:

“... o suprimento de petróleo se tornou tão importante para a segurança nacional que outros fatores além da simples economia de mercado tiveram que necessariamente entrar em cena. Em consequência, os governos hoje em dia podem estar dispostos a usar de todos os meios a seu alcance para assegurar um suprimento adequado e continuo a um preço aceitável; do ponto de vista

de produtores e consumidores, outros interesses estão atualmente envolvidos no acesso ao petróleo: assistência militar, tecnologia, investimentos, objetivos econômicos e políticos, todos os quais complicam consideravelmente o contexto no qual os recursos energéticos são discutidos. (1981:p.29) ”

Na América Latina, essas empresas estatais foram majoritariamente fundadas no período entre guerras, com destaque para a estatal mexicana e argentina na década de 30. Logo, elas fizeram parte de um processo geral de substituição de importação, que foi o tipo de processo de industrialização predominante na região ao longo do século XX, onde o governo incentiva a vinda e o crescimento industrial visando diminuir a dependência de importar produtos manufaturados do exterior e a aproveitar a matéria-prima local. O Brasil só entrou mais tarde, quando fundou a Petrobras em 1953. Essas mesmas estatais também se lançaram em projetos de internacionalização, a fim de diversificar suas fontes de suprimento e desenvolver novas tecnologias. A motivação para tal eram as constantes crises provocadas pelos choques de petróleo (Além do primeiro, o segundo em 1980 fora particularmente devastador, decorrente da Guerra Irã-Iraque, quando o Irã fechou o estreito de Ormuz, por onde passava cerca de 80% do petróleo cru a época no mundo para exportação). Um grande problema histórico do petróleo sempre fora sua má-distribuição global, concentrada em poucos países, conforme vemos no mapa abaixo:

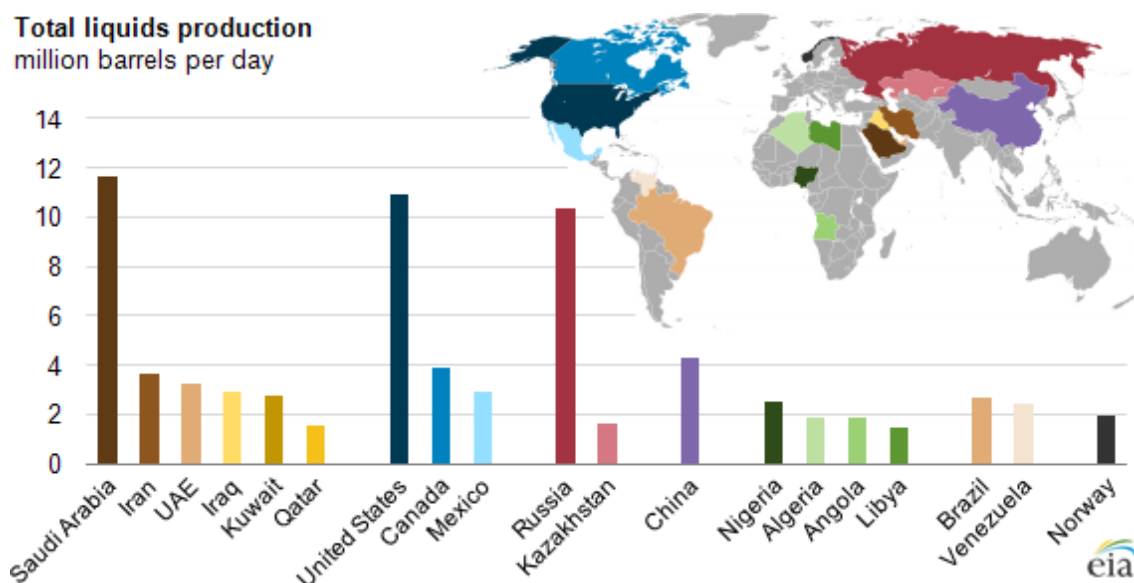


Figura 1: Maiores Produtores de Petróleo em 2012. Fonte: Agência de Energia Internacional

1.2 Internacionalização das Empresas

Os motivos que levam as empresas a buscarem o processo de internacionalização, ou seja, de se expandir em mercados estrangeiros para além do seu país sede, são variados, mas no fundo atendem a lógica de buscar cada vez mais lucros e crescimento. Esse processo sempre existiu na história, mas ganhou força no último século, com a ascensão da economia financeirizada, o avanço do capitalismo e a economia baseada no livre-mercado no mundo e o contínuo processo de globalização. Se do século XIX até as duas guerras mundiais o padrão da economia global estava centrado no investimento estrangeiro direto das grandes potências, visando investir seu capital sobreacumulado e com isso obter diretamente as matérias-primas de suas colônias e países não-desenvolvidos, isso mudou quando a empresa transnacional ganhou mais força, e passou a investir no exterior não somente para obter as matérias-primas, mas para também para ensejar um crescimento industrial nestes países, exportando tecnologia que suprisse tal projeto, para assim produzir para os mercados internos locais (Ribeiro, 2006), em países então com processo de “industrialização tardia”.

Depois, esses investimentos começaram a evoluir em uma nova modalidade. A partir dos anos 1960, a oferta de capitais era grande e inundou o mercado através de empréstimos, mas foi também um período de transição para a próxima fase do capital. Conforme definiu Souza: “a exportação de capitais na forma pura, líquida, não para investir diretamente na produção ou emprestar dinheiro para a atividade produtiva, mas simplesmente para aplicar na esfera financeira. É a internacionalização do capital puramente especulativo, também designada de financeirização do capital”. Isso acabou sendo feito de modo a obter derivados a partir de títulos da dívida dos Estados Unidos, bem como também da dívida externa dos países em desenvolvimento (Almeida, 2007).

No Brasil, a internacionalização das empresas era extremamente incipiente na primeira metade do século XX, mas esse quadro mudou a partir do governo JK, com aprofundamento nos governos militares, quando se deu início uma nova fase da industrialização brasileira. Nessa época, começou a aumentar os investimentos. De acordo com Almeida:

“A primeira fase de investimentos de empresas brasileiras no exterior, entre meados de 1960 a 1982, foi um processo basicamente centrado na Petrobras,

em instituições financeiras – muitas das quais não conseguiram sobreviver ou tiveram de reduzir significativamente sua presença externa – e em empresas de engenharia e de construção. (2007:p.16-17) ”

Enquanto várias multinacionais estrangeiras começavam a se instalar por aqui, notadamente as da indústria automobilística, as próprias empresas brasileiras também alçavam voos internacionais. Era mais uma etapa da economia global que visava consolidar ainda mais o capital financeiro como dominante, ainda dentro do contexto da guerra fria. Apesar disso, na indústria petrolífera vimos o fortalecimento das empresas estatais na América Latina e Europa, muito devido ao crescente poder da OPEP (Ribeiro, 2006). Com o fim da guerra fria no início dos anos 90, a exportação não só de mercadorias, mas principalmente de capitais, essas empresas (bem como a de outros setores) passaram a abrir negócios no exterior.

Quando se observa esse movimento, especialmente no caso da Petrobras, podemos observar uma aplicação na prática do chamado paradigma eclético de Dunning, uma das teorias econômicas mais utilizadas para explicar os processos de internacionalização de empresas. De acordo com ela, as empresas buscam se internacionalizar em busca de três vantagens: firma, localização e internalização. As vantagens de firma dizem respeito a própria tecnologia da empresa e onde elas podem ser melhor aplicadas. As de localização envolvem a proximidade com países abundantes em ofertas de recursos naturais, não só pela proximidade, mas principalmente pela capacidade de estabelecer relações comerciais com ele, ultrapassando barreiras protecionistas. As de internalização envolvem a capacidade de a empresa utilizar sua tecnologia no exterior sem correr o risco de perda de domínio autoral dela, mantendo exclusividade sobre o seu uso em outro país (Ribeiro, 2006).

Uma das formas de efetuar isto é basicamente por Investimento Direto Externo. Esta foi, por exemplo, a estratégia de internacionalização da Petrobras na América do Sul à partir dos anos 90. Apesar de os países sul-americanos não estarem compatíveis com as tecnologias da Petrobras no setor petrolífero (Nos golfos da Guiné e do México, por exemplo, a tecnologia de perfuração em águas ultraprofundas tem maior aplicabilidade que no sub-continente sul-americano), as vantagens de localização e transporte tem maior peso na decisão.

Essas vantagens de localização possuem também uma grande característica geoeconômica, que englobam a noção territorial do lugar com a dimensão das redes.

Segundo Egler (2012), a análise geoeconômica, que vem ganhando força desde o fim da Guerra Fria, explica como as estratégias econômicas se desenrolam no espaço, onde a acumulação de capital ocorre de maneira irregular dentro do espaço, e os estados nacionais através de ações políticas promovem o crescimento de algumas áreas baseadas em suas vantagens locais. Quando analisamos a economia financeirizada atual, precisamos compreender como se dá a interconexão entre as distintas localizações para garantir o fluxo contínuo de mercadorias e capitais. Ainda mais no caso brasileiro, inserido nessa cadeia produtiva-financeira após se industrializar tardiamente, com grande suporte do Estado Nacional nesse processo.

Egler (2012) destaca para tal o papel da Geoeconomia em comparação à Geopolítica:

“De um lado, tem-se uma ferramenta de análise que permite interpretar o espaço econômico a partir da lógica da acumulação; de outro, é instrumento do Estado para aumentar seu poder estratégico diante da acirrada concorrência global por mercados. Tanto Geopolítica quanto Geoeconomia partem de determinada concepção estratégica de poder. Entretanto, se a primeira foca suas atenções no controle tática dos lugares, a Geoeconomia atua na projeção logística das redes (2012: p.87) ”

Justamente visando essa “projeção logística das redes” que ocorre as justificativas de caráter geoeconômico da expansão da empresa no exterior. Ao adentrar território estrangeiro, a empresa aumenta sua rede para além das fronteiras nacionais, permitindo que ela possua um espaço maior a ser controlado. Mas principalmente, como Egler destacou, é uma forma de competir globalmente pelos mercados, ainda mais no contexto da economia globalizada e financeira. Por isso, não é somente uma questão de expansão, mas de ao longo prazo garantir as condições geográficas de sustentar-se, de ter através desse controle das redes estabelecidas no território supranacional a fonte contínua de geração de renda, lucro e acúmulo de capital. É justamente nesse ponto que vemos como tanto a Geoeconomia e a Geopolítica se casam perfeitamente nessa questão, reforçando a tese de Egler. A geopolítica como ferramenta de governo e até mesmo de multinacionais para assegurar os controles de regiões vitais, e a geoeconomia para engendrar uma lógica espacial que viabilizasse toda essa operação em termos de sustentabilidade econômica.

1.3 Integração Sul-Americana

A questão da integração regional sempre foi um tema largamente debatido no continente americano. Organizações políticas como a OEA (Organização dos Estados Americanos) e a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), datadas da metade do século passado, tinham a intenção de servir como mediadores desse processo, porém sempre esbarrou nas rivalidades políticas e no protecionismo, além da forte influência dos Estados Unidos, grande potência imperialista do continente que sempre interferiu localmente desde os tempos da política do “*big stick*”. Entretanto, após o fim da guerra fria e a ordem bipolar global, emergiu um movimento de integração regional baseado na formação de blocos regionais, tanto de caráter político e/ou econômico. Isso se deveu a emergência de um sistema multipolar, em contraste com o esperado sistema unipolar, encabeçado pelos Estados Unidos, superpotência sobrevivente do período anterior. Na América do Sul não fora diferente, e a integração regional, como meio para fortalecer as nações frente a globalização da economia em contínua expansão, foi um processo desencadeado no período.

Um tradicional território sob a influência direta do imperialismo estadunidense, os países sul-americanos sempre foram relegados a pertencer aos níveis mais baixos da divisão internacional do trabalho, sendo seus países de periferia ou semi-periferia, mesmo os mais fortes como Brasil e Argentina. Os objetivos dos países ao tentar promover a integração eram dois: desenvolvimento e soberania (ISAPE, 2012). Esse foi o binômio que norteou as relações internacionais dos países sulamericanos durante o século XX. Entretanto, as diversas tentativas de integração regional continuamente resultaram em fracassos diplomáticos ou em êxitos efêmeros que simplesmente não duravam muito tempo. De acordo com ISAPE (2012), isso ocorria porque as tentativas geralmente visavam atender a apenas um dos objetivos primários. Por exemplo, em 1958, o presidente Juscelino Kubitschek lançou a OPA (Operação Pan-Americana), que visava buscar recursos no exterior para que os países do subcontinente pudessem financiar seu desenvolvimento. De fato, foi o que ocorreu, mas essa política acabou promovendo grande interferência das potências extraregionais e aumentou a dívida externa dos países, comprometendo sua soberania e, portanto, quebrando o binômio necessário para construir a integração regional.

Esse quadro começou a mudar na segunda metade da década de 1980, quando começaram as negociações para construir em conjunto blocos econômicos ou políticos dentro do subcontinente. No centro do debate estava a antiga rivalidade do Cone Sul entre Brasil e Argentina. Solucionar essa rixa histórica era trivial para a promoção de qualquer tipo de bloco econômico na região. E esse foi o foco de ambos os governos na época. Para tal, foram assinados dois tratados de comércio bilateral entre os dois países: a Declaração de Iguazu (1985) e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988). Com isso, foram lançadas as bases para o que viria ser tornar o Mercosul (Mercado Comum do Sul) em 1991. Instituído pelo Tratado de Assunção naquele mesmo, contou com a presença, além de Brasil e Argentina, de Uruguai e Paraguai. Os quatro países assim criaram a primeira zona de livre-comércio da América do Sul (e depois evoluindo para união aduaneira), promovendo a livre circulação de mercadorias, capitais e pessoas.

Com o surgimento do bloco, criou-se uma situação de negócios favoráveis às grandes empresas, principalmente as que tivessem presença nos dois maiores mercados (Brasil e Argentina). De acordo com Arroyo (2010): o bloco favoreceu “...o alargamento dos circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação além das fronteiras nacionais e, em consequência, reforça o processo de internacionalização do território”. As reformas econômicas introduzidas pelo bloco flexibilizaram as restrições alfandegárias, permitindo a entrada massiva de investimento estrangeiro direto, o que aumentou a entrada e o intercâmbio de bens de consumo, elevando as trocas comerciais entre os membros. Em suma, criou-se um ambiente amplamente favorável para que grandes empresas locais se internacionalizassem (Arroyo, 2010).

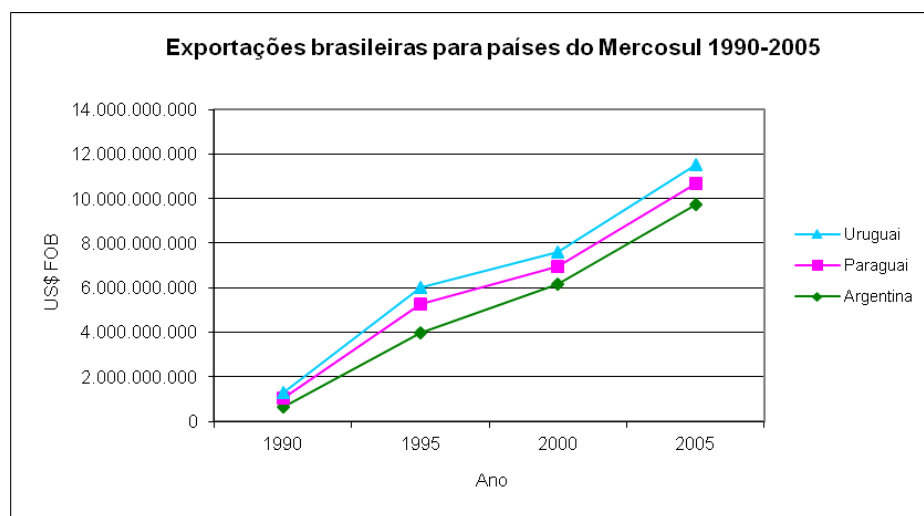


Figura 2: Gráfico das Exportações Brasileiras para os países do Mercosul. Fonte: Ministério da Cultura e Desenvolvimento

De fato, como vemos no gráfico acima, a criação do Bloco alavancou as exportações brasileiras com os outros países membros. Com a suspensão de tarifas alfandegárias entre os países, esperava-se promover o desenvolvimento dos mesmos baseado nesse conceito de livre comércio. Entretanto, muitas dificuldades e críticas foram sendo encontradas em seu percurso. Embora o bloco tenha promovido de fato um aumento das relações comerciais entre seus membros, pouco contribuiu de fato com o desenvolvimento econômico e industrial dos mesmos, que era sua intenção original. Além disso, foi incapaz de integrar outros países sul-americanos para dentro do bloco, com exceção da Venezuela em 2006 (muito por ser um grande produtor de petróleo), especialmente os andinos, temerosos com a influência brasileira no bloco e seu caráter neoliberal.

Gradualmente, porém, os países foram criando defesas ao intervencionismo estadunidense. O principal evento desse processo foi o barramento da proposta estadunidense de livre comércio para o continente americano no ano 2000, a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), muito devido a pressão popular nos países sul-americanos. Era uma clara rejeição as propostas neoliberais vigentes desde que o Consenso de Washington (1993) as promovera e as mesmas foram adotadas em larga escala. Algumas tentativas de integração, como a ALBA (Alternativa Bolivarianas das Américas) surgiram como completo antítese a ALCA. Elas, porém, marcadas por um excessivo antiamericanismo, atraíram muito a atenção dos mesmos para a região, aumentando seu intervencionismo e comprometendo a soberania (ISAPE, 2012). Nesse contexto, surgiu em 2008 a Unasul (União de Nações Sul-Americanas), a primeira alternativa realmente efetiva de tentar promover a integração regional sul-americana respeitando o binômio soberania-desenvolvimento.

Isso se deve ao fato de que os objetivos da Unasul abrangem desde questão econômicas e comerciais, até defesa e segurança. Além disso, inclui em seus membros rigorosamente todos os países do subcontinente América do Sul, incluindo as antigas Guianas. Sua estrutura interna contém seu próprio parlamento, bem como diversos conselhos, como por exemplo o de economia e finanças, energético e o de segurança. Seu modelo foi nitidamente inspirado nos moldes da União Europeia, e até mesmo por isso é planejado para o futuro a adoção de uma moeda única. A Unasul foi o resultado de anos de negociações entre os países sul-americanos, que começaram em 2004, sob iniciativa de Brasil, Argentina e Venezuela. Eventualmente, a Unasul se formou da “fusão” de outros blocos como a Cúpula das Nações Sul-Americanas e o IIRSA, cada qual pretendendo um

tipo diferente de integração, enquanto que a Unasul busca, ao menos em teoria, uma integração de fato, conforme aponta o relatório da ISAPE sobre o tema:

“...a UNASUL parece fornecer um modelo de inserção que equilibra de forma mais efetiva soberania e desenvolvimento, Estado e sociedade, de modo que se coloca como uma alternativa sustentável para resolver os desafios estruturais da América do Sul e fomentar a sua inserção internacional. (2012: p.3-4)”

De fato, alguns avanços são perceptíveis, principalmente na área de defesa, cujo gastos dos países no setor vem crescendo nos últimos anos a partir da sua fundação. No meio dessa sopa de letrinhas, porém, é preciso questionar o quanto realmente foi alcançado nessas últimas décadas, e se um benefício mútuo foi de fato alcançado, se é que algum fora realmente atingido.

1.3.1 Integração energética sul-americana

Dentro de todo esse processo histórico de integração do sub-continente, é importante ressaltar para este trabalho, como isso interfere nas questões energéticas, incluindo a política interna de cada país e as relações bilaterais entre eles, bem como o quadro completo envolvendo cada fonte de energia e o intercâmbio delas. A América do Sul é extremamente rica nesse aspecto. Sua diversidade ecológica e geológica possibilitou que seu território fosse extremamente rico em recursos naturais e minerais. Notadamente, podemos citar o petróleo na Baía de Maracaibo (Venezuela), o cobre no norte do Chile, o gás natural na Bolívia, sem contar o Ferro, Ouro, Urânio, etc... no Brasil. Essa riqueza foi alvo de exploração por séculos das potências coloniais e imperialistas. Por isso, elas são consideradas essenciais pelos os países para garantir sua soberania e desenvolvimento. Soberania, já que manter o controle delas para seu uso próprio e evitar sua exploração econômica de uma potência estrangeira é um dever do Estado e desenvolvimento pois historicamente é considerado que essas riquezas poderão financiar o desenvolvimento econômico do país, garantido uma balança comercial favorável e ensejando seu processo de industrialização.

Entretanto, é certo dizer que nenhum país sul-americano possa se considerar independente em termos de suprimento de energia. Mesmo o Brasil, com toda sua vasta matriz

energética, fazendo uso das energias de origem hidrelétrica, termelétrica, eólica, nuclear, dentre outras, é dependente do gás boliviano para abastecer parte de sua indústria, recebe o grosso da energia elétrica produzida pelo Paraguai através da usina de Itaipu, e mesmo sendo líder mundial em extração de petróleo em águas profundas graças a Petrobras, possui uma indústria petroquímica defasada em termos de refino. Em 2013 por exemplo, o Brasil importou cerca de 530 mil barris de petróleo por dia (Fonte: Agência Nacional de Petróleo). O cenário nos outros países, apesar de ser em menor escala que o brasileiro, não é muito diferente, e a dependência de importações para suprir a demanda interna é necessária, mesmo com a abundância interna de recursos energéticos.

Diante desse quadro, foi sendo criada uma relação de interdependência energético-comercial na América do Sul, bem como no resto do mundo. Essa interdependência exemplifica o quão vulneráveis estão os países, de um modo geral, em manter sua segurança energética. Essa vulnerabilidade se deve a assimetria entre as estratégias de cada país, exportadores e importadores, para garantir seu suprimento. Determinado país, tendo em vista um eminente risco de ter seu fluxo de energia ser comprometido (tanto por crises de produção, aumento de preço), pode optar por diversificar suas fontes de energia como alternativa a algum recurso específico. Isso por sua vez pode desencadear em um outro país, que exporta largamente tal recurso para o primeiro país, e depende economicamente disto, certamente sofrerá uma crise econômica devido à ausência de superávit proveniente desta troca comercial. Indo mais além, isso pode significar não ter mais como importar algum outro tipo de recurso em um terceiro país, que também pode vir a ter sua própria crise. É um efeito em cadeia, que exemplifica a questão da interdependência (Brito, 2012). A fim de solucionar ela, é que vem os projetos de integração nesse viés.

Em conjunto com os já citados projetos de integração política e econômica, a integração energética também partiu de iniciativa brasileira, mais precisamente através da Petrobras. Esse era um dos objetivos iniciais de toda a empreitada da empresa na América do Sul quando começou a intensificar seus investimentos na região. Evidente, essa é uma decisão que do aspecto puramente empresarial pode ser questionável, mas a Petrobras não é uma simples empresa cujo objetivo é busca por lucro, mas como seu acionista majoritário é o estado brasileiro, ela segue antes de tudo as estratégias do governo brasileiro em suas diretrizes (Souza, 2008).

Por isso, a estatal é a principal ferramenta do governo para aplicar seu projeto de integração energética na América do Sul, contribuindo também para a integração econômica (Egler, 2012). Não à toa, a época em que a empresa aumentou os investimentos em sua Área Internacional, principalmente em países como a Argentina e a Bolívia, corresponde ao período em que os projetos de integração regional ganhavam mais força na política externa brasileira, com um fortalecimento das relações sul-sul. Novos acordos nesse setor foram sendo formulados com o intuito de gradualmente ensejar esse projeto. Isso pode ser conferido nas seguintes declarações do então presidente Lula, em 2007, quando assinou um novo acordo com a Bolívia no setor de energia:

“ [Conseguir a integração energética na América do Sul] para evitar apagões e crises de abastecimento”

“Eu acredito na integração energética da América do Sul. Este é o sonho e o objetivo – alcançar uma verdadeira segurança energética na região”

“O aproveitamento, de modo mais inteligente, dos recursos disponíveis para o desenvolvimento dos nossos países. Não é possível que a América do Sul, que tem as maiores reservas energéticas do mundo, sofra com apagões e crises de abastecimento (UOL, 2007)”

Nota-se embutido nesse discurso a tradicional crença de como os recursos energéticos são a solução para gerar o desenvolvimento dos países, estando no cerne do tradicional pensamento nacional-desenvolvimentista que tanto marcou vários governos brasileiros e sul-americanos nas últimas décadas. Quando se criou a Unasul em 2008, um dos seus vários conselhos criados foi justamente o Conselho Energético Sul-Americano, criado para atender este assunto.

1.4 Sub-Imperialismo Brasileiro

Por detrás da expansão da Petrobras na América do Sul, está presente todo um contexto de liderança brasileira no subcontinente, com a Petrobras sendo o braço brasileiro nas questões energéticas. Isso vem de um longo e extenso debate sobre o papel do Brasil dentro da Ordem Mundial e sobre como ele atua em relação aos países dentro do que seria sua área de influência. Há quem diga que o Brasil atue como uma potência imperialista dentro do contexto geoeconômico sul-americano, mesmo que o país não tenha nem de

perto a mesma magnitude dos “*great players*” globais como Estados Unidos ou China. Por isso, a teoria mais apropriada que encaixa o Brasil nesse contexto é a do Sub-Imperialismo.

Dentro os autores clássicos do assunto, se destacam os marxistas Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin. Focamos mais em Lênin, pois sua obra é considerada mais elaborada do que a de Luxemburgo. Segundo o russo, o imperialismo se dá por uma necessidade das grandes potências capitalistas de primeiro mundo em resolver crises de sobreacumulação dentro do seu território, pois devido à falta de locais para investir dentro dele, é necessário investir o capital excedente no exterior para evitar tal crise. Por consequência, eles investem esse dinheiro em locais “não capitalistas”, para dar início a um novo processo de acumulação do capital nesses territórios, que nada mais são do que suas colônias (Lenin, 1915). Tais processos, entretanto, não ocorriam de forma tranquila, mas sim pela força bruta dos imperialistas, que transformavam o país em uma peça do grande processo de reprodução do capital do país imperialista, subjugando os interesses nacionais em prol dos interesses da metrópole. Em miúdos, assim podemos definir a teoria do Imperialismo.

Entretanto, essa teoria foi formulada em outro contexto histórico, com suas diferentes particularidades, como o Neocolonialismo e a escalada armamentista que resultou na Primeira Guerra Mundial, travada entre as grandes potências da época. O Brasil nunca possuiu colônias neste sentido, e tão pouco possui esse grau de desenvolvimento em relação às potências daquela época. Portanto, buscamos uma contextualização dessa teoria para o caso Brasileiro. E chegamos ao chamado “subimperialismo brasileiro”. Datada do começo da segunda metade do século XX, a teoria do subimperialismo está intimamente ligada à teoria da dependência global, que discorre sobre a dependência e poder econômico em escala global, podemos destacar como seus principais autores Marini e Wallerstein (Curado, 2010). Era comum dividir os países economicamente em dois grupos: Os de centro e os de periferia. Essa teoria inclui um terceiro grupo: os países de semi-periferia. Estando numa espécie de posição intermediária entre os dois primeiros grupos, esses países são caracterizados por basicamente estarem sob a influência de uma grande potência e possuir uma economia dependente em relação a esta, mas ao mesmo tempo, possuem um grau de desenvolvimento econômico tal, que lhes dá certo peso na economia global, mas também lhes permite exercer controle político e econômico dentro de sua própria esfera de influência. Dentro destes países, se encaixa o Brasil (Becker et Egler, 1993).



Figura 3: Divisão Mundial dos anos 70 pelas ideias de Wallerstein. Fonte: Andrei Dias

Logo, o subimperialismo brasileiro é caracterizado pelo fato de o Brasil ser tradicionalmente o país mais desenvolvido da América do Sul, por geralmente sempre ser considerado um país em desenvolvimento, ainda à mercê das grandes potências, notadamente os Estados Unidos, graças a seus laços de dependência econômica, dos quais não tem força para se livrar, mas que possui força própria o suficiente para estar um nível acima dos países periféricos. Sua zona de influência, obviamente, é o restante da América do Sul, composto por países que, de maneira geral, tiveram processos históricos semelhantes. Geralmente, eles são subdivididos em platinos (como a Argentina) e andinos (como o Peru). Graças a sua extensão territorial, o Brasil é o único que abrange essas duas regiões (embora a Cordilheira dos Andes não perpassasse seu território), o que lhe permite agir por todo o continente, desde períodos históricos anteriores (Costa, 2007). Essa teoria ganhou força durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), devido à valorização do pensamento estratégico nacional por parte do governo militar (Myamoto, 2011).

É nesse período também que aumentam as críticas e preocupações dos países vizinhos com o “imperialismo” brasileiro, que começava a ter predominância também no campo econômico, com a decadência da Argentina. Um caso para ilustrar é o da construção da Usina de Itaipu nos anos 70, parceria dos governos brasileiro e paraguaio, pois ela se localiza em uma região fronteiriça entre os dois países. Como o que produz, já é suficiente ao Paraguai para abastecer seu mercado interno, então ele revende o excedente para o Brasil. Entretanto, desde aquela época, o preço que o Brasil paga é considerado muito inferior ao valor de mercado, o que constitui em uma exploração econômica pesada por parte do Brasil. Tais críticas perduram até os dias de hoje, embora o contrato tenha sido

renegociado a alguns anos atrás, ainda sim o novo valor não agrada totalmente os paraguaios.

Outro fator que demonstra a predominância brasileira na América do Sul, nos últimos anos, são os blocos, tanto os econômicos quanto os políticos. Em teoria, suas propostas são pautadas pela busca da integração entre os países, e promover auxílios nos campos comerciais e diplomáticos. Entretanto, é comum por parte dos outros países, apontar que esses blocos acabam na realidade, ajudando o Brasil em seus próprios objetivos financeiros e geopolíticos, reforçando o papel de liderança brasileiro (Martin, 2010). O principal indicativo disto recai sobre a disparidade regional entre o Brasil e o restante, conforme o gráfico abaixo demonstra. Ele representa a porcentagem que cada país possui de PIB (Produto Interno Bruto) em relação ao total sul-americano. Nada menos que 49% do montante vem do Brasil, cujo PIB (previsto para 2015) é de cerca de 3,2 trilhões de dólares, maior fatia dos 6,5 trilhões sul-americanos.

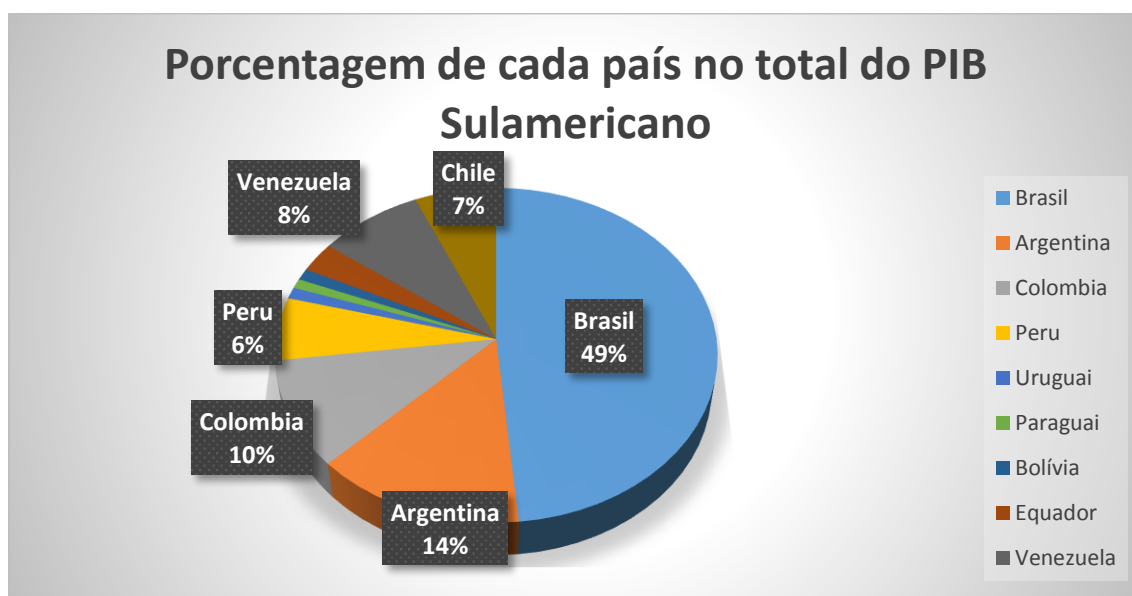


Figura 4: Gráfico da Participação dos Países Sul-Americanos no total do PIB do continente. Dados: Fundo Monetário Internacional. Edição nossa

Com relação ao próprio Brasil, mais especificamente, seu território, podemos destacar o fato de que ele apresenta um território misto, marcado tanto pela continentalidade, quanto pela maritimidade, o que lhe dá uma grande vantagem estratégica (Costa, 2007). Isso é um dos fatores que lhe permite exercer influência por toda a região, ainda mais se considerarmos que seu território corresponde a cerca de 45% de toda a extensão territorial sul-americana. Seu litoral está localizado em uma região estratégica do atlântico sul, com

vários pontos vitais de extrema importância. Com isso, tal extensão exige uma maior proteção militar, para preservar os interesses nacionais.

Autores como Couto e Silva e Travassos (Miyamoto, 2011) destacavam a necessidade de integrar o território em sua plenitude, estabelecendo corredores de exportação internamente, seguindo uma espécie de lógica colonizadora “bandeirante”, para que o território fosse ocupado, e plenamente interligado com sua população, fortalecendo, assim, uma nação prospera. Por essas razões, o Brasil detém as condições naturais e humanas para se tornar a potência imperialista na América do Sul, mas como o país faz parte dessa semiperiferia global, com sub-aproveitamento de seu potencial, não sendo integrante dos países mais ricos do mundo (apesar de sua economia ser uma das maiores), ter pouca força militar em relação até mesmo outras potências emergentes, é comum então, dizermos que o Brasil é um país sub-imperialista.

CAPÍTULO 2 – Internacionalização da Petrobras: Histórico e Evolução

O foco inicial da Petrobras quando fora criada nos anos 1950 era de extrair e controlar todo o petróleo encontrado em território nacional. Com o passar dos anos, a empresa começou a ganhar volume e expandiu suas atividades, passando a envolver igualmente as etapas de refino e comercialização. Investindo em avanços tecnológicos, sobretudo na extração de petróleo em águas profundas, a empresa foi lentamente galgando posições de destaque no exterior. Em 1972, teve o seu primeiro negócio internacional, na Colômbia, demonstrando um interesse que seria comum pelos seus vizinhos sul-americanos nas décadas seguintes. Na mesma década, teve destaque no descobrimento de novas jazidas na região de Basrah do Iraque. Foi nessa época que a empresa abriu a Braspetro, em 1972, sua subsidiária para tratar de seus interesses no exterior (Souza, 2008).

O objetivo na época era que o governo brasileiro descobrisse novas jazidas de petróleo para dar conta da forte crise econômica que se abateu sobre a economia mundial em 1973-74, devido aos conflitos na região do Golfo Pérsico que provocaram o aumento significativo do barril de petróleo (Alem et Cavalcanti, 2005). Sendo assim, fica evidente como desde sempre, a Petrobras tinha como função buscar atender os interesses nacionais antes de qualquer outra coisa. A Braspetro tinha como função essencial tratar de todas as operações de exportação e importação da Petrobras e demais atividades de comércio, incluindo bens e serviços, afim de permitir maior agilidade no processo geral.

Os anos de 1980 foram novamente marcados por crises severas, tanto de caráter técnico como econômico. O Brasil passava por uma transição de governo e na economia global o petróleo voltava a reafirmar sua força como principal commodity de seu tempo. A partir dos anos 1990, porém, o quadro se reverteu completamente. Com o fim da guerra fria, o capital financeiro global reafirmou sua supremacia, sob a égide da economia globalizada, que passava por um período de auge. Nesse contexto, começou a entrar na pauta dos países sulamericanos temas como integração, reformas econômicas neoliberais e internacionalização. Foi nesse momento que a Petrobras de fato se expandiu em terras estrangeiras (Alem et Cavalcanti, 2005).

Com parcerias com empresas do setor, a Petrobras começou a atuar no Golfo do México e na Nigéria para desenvolver suas tecnologias de extração em águas profundas. Foi nessa época também que passou a investir mais nos países sul-americanos, muito devido aos

processos de integração regional em gênese na época, como o Mercosul, bloco de caráter econômico que buscava integrar os países da região do Cone Sul (Souza, 2008).

As razões que levaram a Petrobras a investir tanto no exterior são simples: expandir-se para além das fronteiras brasileiras em busca de novos negócios. Além disso, inclui-se também alguns fatores relacionados a localização, como novas fontes de recursos naturais, mão-de-obra mais barata e menores custos de transporte do que teria se exportasse diretamente. Outro fator importante é a integração que se promove com o mercado, não só termos comerciais, mas também para superar algumas barreiras culturais. A presença de uma empresa estrangeira pode muitas vezes ser mal vista dentro do país hospede, mas isso pode ser revertido com o eventual sucesso da subsidiária, principalmente se isso traz alguma vantagem para o país (Alem et Cavalcanti, 2005). Embora tenha essas vantagens, há muitos riscos também, ainda mais na indústria petrolífera, onde o sucesso e a lama caminham perigosamente lado-a-lado.

Um deles é o chamado risco geológico. A busca pela prospecção petrolífera pode muitas vezes resultar em fracassos retumbantes. É necessário estudar as camadas do solo, investir nos equipamentos de perfuração e ter uma alta quantidade de capital para realizar tal investimento. E ele, se bem-sucedido, levará um longo prazo para ser tornar rentável e lucrativo, mas dependerá do valor do preço do barril (Borini et Ribeiro, 2009). Na história, não faltam exemplos de investimentos malsucedidos no setor, como por exemplo a Paulipetro. Isso se deve ao fato desta indústria ser voltada pela busca de um recurso mineral relativamente escasso e não-renovável de distribuição geográfica irregular. Com efeito, são poucas as empresas que tem a condição de investir tamanha quantidade de capital e ainda possuir a tecnologia necessária para a extração do produto. A Petrobras é uma dessas empresas.

2.1 Internacionalização e seu Contexto

Enquanto Getúlio Vargas sancionava a Lei nº 2004, o comércio global de Petróleo estava passando por uma fase de mudanças em suas regulações. Isso porque o poder das chamadas Sete Irmãs, oligopólio formado por empresas como a British Petroleum, Texaco, Shell, dentre outras, que detinha 90% dos poços de petróleo do mundo até então (através de contratos de exploração) começavam a sofrer resistência dos países que

possuíam as maiores reservas de Petróleo do Mundo e por consequência se encontravam ali alguns dos maiores produtores, especialmente da região do Golfo Pérsico. Eles se juntaram na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e provocaram um choque nos preços de petróleo ao impor o aumento deles. E essa foi apenas uma das primeiras vezes que eles fariam isso no decorrer das últimas décadas. Conforme nos diz Conant & Gold (1981):

“Somente a partir do conflito Egito-Israel é que o mundo começou a sentir de maneira mais realista o quadro mundial de suprimento de Petróleo. Primeiro porque o crescimento da demanda era superior ao crescimento das reservas, segundo porque o crescimento dos preços reais superava as previsões. (...) A equação oferta-demanda de energia passou a ser melhor analisada, procurando-se atuar mais intensamente na demanda, de modo a tornar menos irracional o uso da energia, com a eliminação dos desperdícios e a introdução de tecnologias de melhor performance termodinâmica. Procura-se, assim, baixar a relação crescimento do consumo de energia/crescimento do PIB, vale dizer, reduzir o consumo de energia por produto (1981: p.171) ”

Visto até então como a solução para as demandas de energia mundiais, o petróleo começou a causar problemas. A partir desse momento, soluções alternativas sempre foram buscadas, mas a necessidade pelo produto sempre se manteve. Isso não foi diferente no Brasil.

Dependente da importação do Petróleo, uma vez que a produção nacional não supria sua demanda interna, o Brasil estava em uma posição vulnerável. Às voltas com os programas nacionais-desenvolvimentistas que marcaram os governos JK e os dos militares, que incentivavam o investimento na industrialização brasileira, notadamente a indústria automobilística (que evidentemente gera uma demanda por combustíveis no mercado interno), nas construções de grandes obras de infra-estrutura, como as rodovias interestaduais (novamente, em consonância com os investimentos no setor automobilístico). Ou seja, o Brasil não só precisava de petróleo, como iria precisar cada vez mais (Borini et Ribeiro, 2005). Observe no gráfico abaixo a evolução da demanda por petróleo no período 1955-1985:

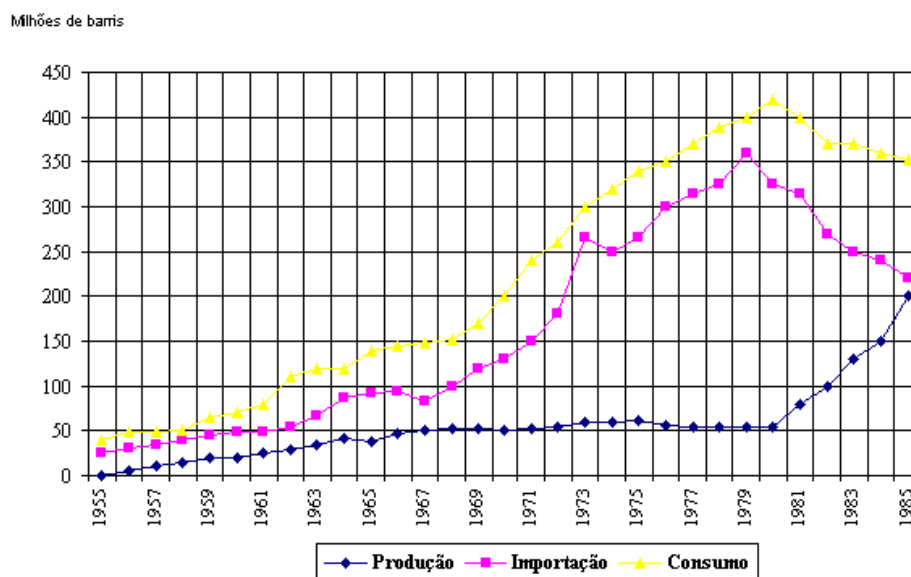


Figura 5: Gráfico da Variação de Consumo, Produção e Importação de Petróleo no Brasil entre 1955-85. Fonte: CEPA-IF

Podemos observar que há uma disparada na importação e consumo do hidrocarboneto a partir da década de 1970, devido ao período do chamado “milagre econômico” brasileiro durante o governo Médici, auge dos investimentos do Estado Brasileiro na economia e valorização do P.I.B. (Produto Interno Bruto). Mesmo a crise do choque de petróleo de 1973, causada pelo conflito entre Egito-Israel, não freou tanto assim esse crescimento que logo voltou a subir. A mudança mais significativa é na década seguinte, onde vemos um salto da produção interna que em 5 anos alcança a importação. O motivo para isso é o sucesso da Petrobras na extração das reservas em águas profundas, notadamente na Bacia de Campos, descoberta em 1976, e que passava a ser a principal fonte de produção nacional. Mas dentre as soluções encontradas, a prospecção interna não foi a única explorada, mesmo porque àquela altura o Brasil passava bem longe de ser autossuficiente.

Com uma perspectiva de crise a frente, o governo se voltou para a sua estatal de petróleo, que representava de fato o Brasil em suas políticas relacionadas ao Petróleo. Ou seja, a Petrobras *era* o Brasil. E principalmente naquele momento histórico, o monopólio estatal trouxe grandes vantagens ao Brasil (Connant et Gold, 1981). O Brasil seguiu o modelo latino-americano, que ao contrário dos sistemas de concessões das grandes potências, era focado no controle estatal do setor. Os motivos para isso variavam desde questões nacionalistas (inclusive no Brasil), mas por considerarem mais seguro, pois os objetivos

naquele momento eram de garantir a demanda interna e não necessariamente ir atrás de lucros.

2.2 A Fundação da Braspetro e os primeiros avanços no exterior

Como a produção interna, apesar de estar em expansão e ser bem promissora, não dava conta da demanda brasileira, o governo brasileiro fundou em 1972 a Braspetro, uma subsidiária da Petrobras que pudesse atuar no exterior, produzindo petróleo fora das fronteiras do país, uma vez que a própria Petrobras não poderia fazer isso ela mesma devido ao monopólio estatal (Araújo, 1996). Além da demanda petrolífera, o cenário econômico estava favorável a investimentos no exterior, pois o governo brasileiro aumentou consideravelmente o volume de produtos exportados e de investimentos, bem como o investimento que provinha dos países centrais aumentou devido ao excedente produzido na época. Os petrodólares inundavam o mercado e a concentração de renda estreitava a relação entre bens de consumo e mercado interno (Souza, 2008). Não há toa, mesmo com a crise de 1973, as exportações de produtos manufaturados começavam a ganhar peso na balança comercial brasileira. Assim sendo, a década de 1970 era propícia no Brasil para internacionalizar os negócios.

Indo além dos processos de aquisição que caracterizam os negócios da Petrobras no exterior até a fundação da Braspetro, a empresa começou a investir de fato no exterior. Juntou-se a Braspetro a Brasoil e a Interbras em 1976, responsáveis pelas atividades de exportação e comércio, bem como da importação de serviços e bens de consumo da Braspetro (Borini et Ribeiro, 2005). Com isso, a empresa pode investir diretamente na busca de novas reservas de Petróleo, no que conseguiu êxitos notáveis, o mais destacado deles a descoberta dos campos de Majnoon e Nhumr no Iraque, que somados tinham mais de 30 bilhões de barris de petróleo. Foi considerado a grande descoberta daquela década (Ramos, 2009). Graças a exemplos como esse, a Petrobras ganhou muito destaque pelo mundo no setor de prospecção. As técnicas desenvolvidas pela empresa na prospecção offshore, a mais utilizada em território brasileiro, mostraram ser bastante eficientes em outros lugares do mundo, atraindo a atenção de outras empresas e governos para firmar parcerias com a estatal em busca de novas jazidas, ao mesmo tempo em que a empresa descobria as reservas submarinas da Bacia de Campos na costa fluminense.

Apesar de investir no distante Oriente Médio, onde as maiores reservas petrolíferas conhecidas se localizavam, as atenções brasileiras se voltaram inicialmente, como não poderia deixar de ser, para a América do Sul (Souza, 2008). A primeira parceira internacional que a Petrobras firmou foi com a Colômbia, logo após fundar a Braspetro. A escolha ia de acordo com a Política Externa Brasileira da época, que visava estreitar as relações com as chamadas “nações-irmãs”, conforme definira o então presidente Ernesto Geisel, países que tinham semelhanças históricas culturais com o Brasil, dentro os quais os países latino-americanos tinham mais destaque. Entretanto, muitas vezes foram encontradas dificuldades para manter a viabilidade dos negócios. Segundo Borini et Ribeiro, a pouca rentabilidade dos investimentos e algumas diferenças culturais e políticas atrapalharam os negócios. As atividades na Colômbia foram encerradas em 1980, com a Braspetro vendendo seus ativos para a *Houston Oil* dos Estados Unidos.

Essa foi uma constante nos negócios da empresa nesses anos iniciais de investimento no exterior. Ao mesmo tempo que a necessidade de manter os investimentos internos exigia uma maior demanda de petróleo, as dificuldades encontradas minavam a expansão da Petrobras no exterior naquele momento. Diversas vezes, o Brasil firmava contratos de exploração com um determinado país para em poucos anos encerrar as atividades devido ao pouco retorno. Foi assim na Argélia e na China nos anos 80, período no qual o mercado começava a ficar hostil para a empresa e o sucesso com as explorações na Bacia de Campos diminuía ainda mais o interesse no exterior (Ramos, 2009).

2.3 As crises dos anos 1980 e as reformas dos 1990

Afetada pelo momento político conturbado do Brasil no período de transição democrática, bem como pelo mercado cada vez mais instável, a Petrobras era obrigada a eventualmente recuar em seu processo de internacionalização, dando início a um período de desinvestimentos no setor, prática que a partir daquele momento se tornaria comum conforme a necessidade (Ribeiro et Borini, 2005). Poucos negócios rentáveis foram encontrados e muitos contratos foram desfeitos, como por exemplo na China, onde a Petrobras firmou cinco contratos exclusivos de perfuração, mas os encerrou em 1986 em

face da inviabilidade econômica. Casos parecidos ocorreram em Angola e Argélia, conforma supracitado. Ainda assim, a empresa abriu novas frentes de expansão nos cinco continentes e conseguiu acordos duradouros. Chegou até mesmo avançar nos Estados Unidos, ao firmar um criar uma subsidiária, a Petrobras America Inc. para atuar na exploração offshore no golfo do México. Também fez acordos com empresas norueguesas para atuar na exploração de reservas no mar da Noruega. Mas era preciso que a empresa soubesse se adequar ao momento do mercado (Costa et Pessati, 2009).

Sendo assim, a empresa foi obrigada a tomar uma postura “Defensivo-Dinâmica”. De acordo com Borini et Ribeiro, isso representou uma dualidade na ação da Petrobras enquanto empresa. Defensivo, pois visava manter a autonomia de suas ações e dinâmica para manter uma ofensividade moderada que garantisse a manutenção do sistema, no caso a expansão no exterior que almejava a autossuficiência em petróleo. Com isso, a empresa conseguiu continuar a investir no exterior, mesmo que num nível extremamente baixo e com pouco impacto. Só que dessa vez, com novas estratégias e objetivos.

Desde os anos 1970, o governo brasileiro começou a usar a Petrobras como meio para atender seus objetivos comerciais e de relações diplomáticas, e não apenas no suprimento da demanda de Petróleo. Foi assim na exploração em Angola, que fora feita inicialmente em associação com Portugal. Após sofrer retaliações por ter apoiado os lusos no momento da descolonização do País, o governo usou a empresa para firmar acordos com o intuito de aumentar as relações bilaterais entre os países. Esta ação poderia ser encaixada, de acordo com Toscano (2004), na feição de “Estado Desenvolvimentista” do Brasil naquele momento, com o intuito de se tornar um “Estado Logístico”. Ou seja, que o Brasil atingisse um novo patamar no cenário mundial. O plano era desenvolver internamente a economia e infra-estrutura do país para que ele virasse de fato uma potência, ao menos em nível regional. Fica claro então, como os interesses do Brasil estão intimamente ligados com o planejamento que envolve a Petrobras (Ramos, 2009).

Enquanto isso, o preço do barril de petróleo continuava sujeito as mudanças de humores das nações produtoras e consumidoras dele, bem como a volatilidade do mercado. A Guerra Irã-Iraque e a primeira guerra do Golfo elevaram ainda mais as tensões no Oriente Médio, cujas as consequências atingiram em cheio o mercado, pois o abastecimento global era constantemente ameaçado. Veja no gráfico abaixo:

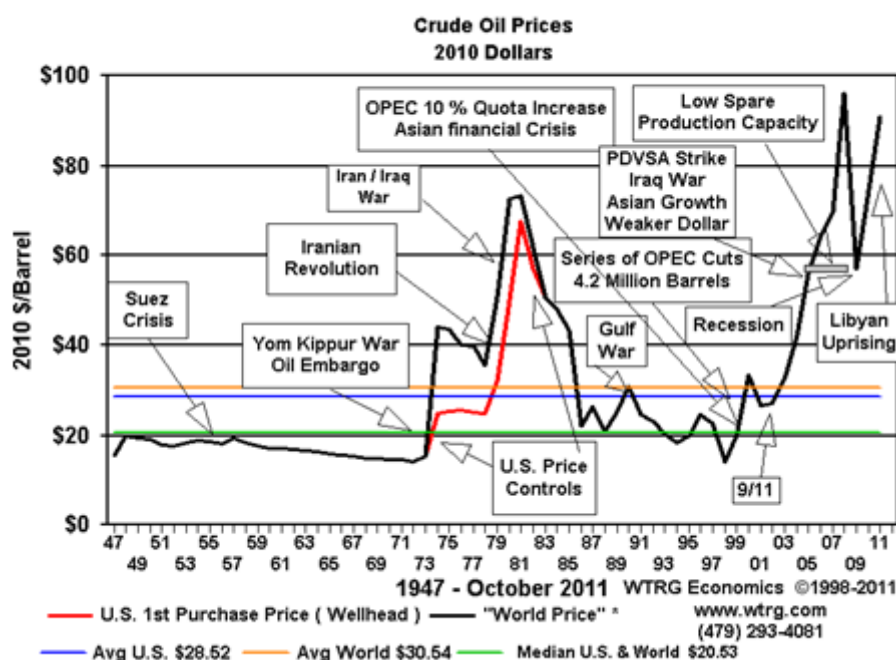


Figura 6: Variação do preço do barril de petróleo nos últimos 70 anos, com destaque para alguns eventos marcantes.
Fonte: WTRG Economics

Concomitantemente, os blocos regionais ganhavam força no mundo e um número cada vez maior era criado. O objetivo desses blocos, como o NAFTA, era aumentar as relações comerciais entre seus países membros, promovendo assim uma integração regional pautada na otimização dos negócios internacionais, eliminando barreiras burocráticas e gerando a cooperação entre as nações. Porém, também foi uma forma encontrada pelas grandes potências de garantir seu suprimento de commodities, dentre elas o petróleo.

O Brasil não ficou alheio a esse movimento global. Visando garantir seus próprios interesses, o país iniciou no começo dos anos 1990 a articulação política necessária para a criação de um bloco econômico sul-americano. A ideia era integrar tanto os países platinos, da região do Cone Sul, com os andinos. Nesse momento, o país não conseguiu a integração desejada, e em 1993 foi assinado o tratado de Assunção, que deu início ao bloco do Mercosul (Mercado Comum do Sul), uma união aduaneira que era composta apenas pelos países platinos, com Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Esses acordos facilitaram a entrada da Petrobras na Argentina em 1994, um dos países que a Petrobras mais atua até hoje. O que não impediu o Brasil de continuar negociando bilateralmente com os outros países. E também não impediu que a Petrobras fizesse novas investidas lá

fora. Em 1995, a Petrobras assinou um de seus maiores projetos na Bolívia, uma unidade de negócios com sede no país. Dois anos depois, deu início na construção do Gasbol, um gasoduto que ligaria as reservas bolivianas de gás natural ao sudeste brasileiro, região mais industrializada do país, para abastecê-la. (mais detalhes sobre esse caso no Capítulo 3). Foi considerado na época o projeto de integração regional mais importante da história entre os países andinos e do Mercosul (Borini et Ribeiro, 2005).

Junto com as políticas de integração regional que vieram nesse tempo, também vieram as políticas reformistas no campo econômico de todo o subcontinente. Essas políticas tinham um caráter neoliberal, visando desinchar o aparelho do Estado e sua influência no mercado para fortalecer a iniciativa privada. Pro Brasil, era a alternativa apresentada, junto com o Plano Real, para resolver os problemas e crises econômicas que o afligiam desde a década passada, notadamente a hiperinflação. Nessa época, várias privatizações ocorreram no Brasil e na América do Sul, a despeito das divergências que essas reformas causaram na sociedade. O Brasil privatizou bancos, o setor de comunicações, a companhia Vale do Rio Doce (de extração mineral), dentre outros. Mas a Petrobras sofreu um processo diferente, que podemos considerar uma espécie de “meio-termo” entre privatizar e manter o controle estatal. Em 1997 (Souza et Pessali, 2009), o governo brasileiro aprovou a Lei Nº 9.478, a “lei do petróleo”, que quebrou o monopólio estatal sobre o Petróleo. Com isso, o governo ficou limitado a possuir 50% do controle da Petrobras, que virou uma empresa de capital misto, com o restante de suas ações sendo negociadas na bolsa de valores de Nova York. Mas, principalmente, a Petrobras agora teria concorrência interna.

Mesmo não tendo mais o controle total da companhia, o governo brasileiro ainda *de facto* manteve seu controle na estatal, sendo seu sócio majoritário com mais de 50% das ações sobre o seu controle. O presidente Fernando Henrique Cardoso se comprometeu na época a não privatizar a empresa e manter sobre o controle dela as cerca de 29 bacias petrolíferas que eram exploradas no país (Petrobras, 2003). Além da quebra do monopólio, a lei também criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP), responsável por regular o mercado de petróleo no Brasil, dando as diretrizes para o setor privado no refino, exploração e pesquisa do hidrocarboneto. Outra consequência dessa lei foi a incorporação da Braspetro na própria Petrobras 5 anos depois. Uma vez que a empresa não era mais 100% estatal, ela podia agir agora diretamente no exterior sem necessitar da Braspetro como intermediária. Isso deu início a uma nova fase da Empresa e seus projetos de

internacionalização. A partir da próxima etapa, podemos ver que a estratégia da empresa ganha contornos mais claros. Se até este ponto, tudo era disperso e incipiente, podemos começar a ver a Petrobras fincando com mais firmeza sua bandeira em outros territórios, expandindo sua área de atuação no espaço com um plano mais elaborado e em um nível acima.

2.4 Petrobras: Uma empresa globalizada

Considerando a possível finitude do Petróleo, a Petrobras a partir do começo do século XXI, realizou esforços para se tornar uma empresa integrada de energia, explorando outros recursos, conforme a construção do Gasbol já indicava. Desde então, a empresa investiu também na exploração do gás natural e em combustíveis renováveis como o biodiesel. É uma estratégia que reflete a preocupação mundial com a busca de um provável substituto para o petróleo, que está na pauta mundial desde o choque de 1973 (Conant et Gold, 1981). Até agora, a despeito de grandes avanços em alguns recursos, o petróleo segue absoluto na matriz energética global.

Os frutos plantados nas décadas anteriores começaram a render para a empresa. Em 2004 ela conseguiu exclusividade para a exploração em águas profundas no Golfo do México. Os maiores destaques, porém, foram a contínua expansão na Argentina, com a empresa se tornando a maior distribuidora de combustível dentro deste país e o volume crescente de gás natural importado da Bolívia pelo Gasbol (Souza, 2009). A empresa também entrou no Equador, Venezuela e Peru, além da atuação na Colômbia desde os anos 1970, para realizar acordos e parcerias no setor, especialmente em exploração offshore e em águas profundas e ultra profundas, especialidade da empresa visto que os principais poços no Brasil estão localizados no oceano. A própria descoberta do pré-sal, anunciada em 2007, reafirma a capacidade da empresa na prospecção dessas áreas. Somente o avanço nas tecnologias offshore não explica o avanço da empresa na América do Sul, pois a maioria de seus países não possuem esse tipo de demanda. Uma resposta mais adequada seria tratar das vantagens de localização que esses países trazem, como menor gastos com transporte e comunicação. É sobretudo uma vantagem geográfica.

E nisso podemos observar como a Petrobras age como um catalisador na Integração Regional Energética da América do Sul, pois não deixa de ser um meio do estado brasileiro utilizar sua estatal para atender seus próprios objetivos geopolíticos. E o governo brasileiro inseriu isto dentro dos objetivos da própria Petrobras (Souza, 2009). De acordo com as próprias palavras da Petrobras em seu Plano de Metas para 2015, elaborado em 2007: “A Petrobras será uma empresa integrada de energia com forte presença internacional, sobretudo na América Latina, atuando com foco na rentabilidade e responsabilidade social e ambiental”. Nos outros planos seguintes para 2020 e 2030 isso também é reafirmado. Não há toa, 75% das reservas internacionais de petróleo que pertencem a Petrobras estão localizadas em países sul-americanos. E também nesses países, a empresa tem participação nas etapas técnicas da exploração de petróleo, bem como, em alguns casos, na distribuição e comercialização dos derivados e produtos.

O aprimoramento da tecnologia de exploração e prospecção, somada a descoberta de novos campos no Brasil e no exterior fizeram com que enfim um dos objetivos iniciais da empresa quando criada fosse alcançado: A autossuficiência em petróleo. A partir de 2006, segundo o governo brasileiro, o Brasil produzia a quantidade necessária de barris de petróleo por dia que suprissem sua demanda diária. É um fato altamente questionável, pois historicamente o país sempre teve dificuldades no processo de refino do petróleo, especialmente os dos tipos mais pesados, que é o Brasil mais produz (e também menos rentável na cotação de preços), sendo assim necessário exportar seu próprio petróleo para depois importar os seus derivados. Ainda assim, esse fato e toda a conjuntura econômico-político do começo do século animou a empresa, que passou a investir cada vez mais, inclusive no exterior.

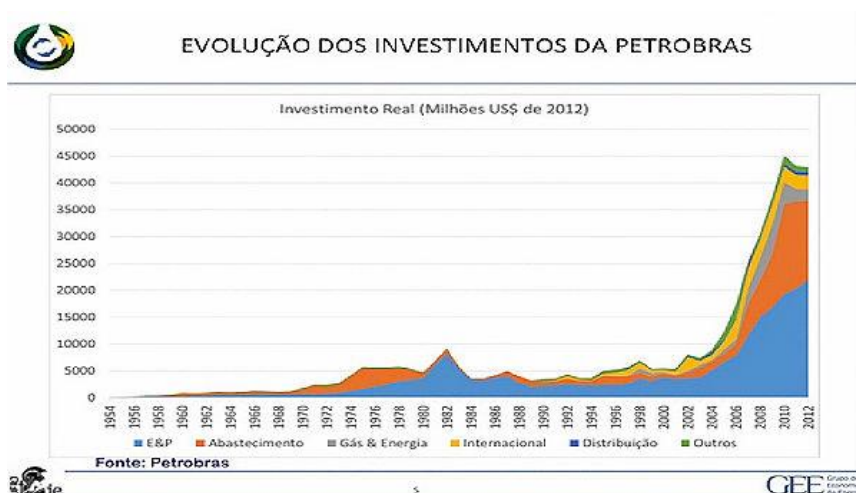


Figura 7: Evolução dos Investimentos da Petrobras. Fonte: Petrobras

A crise econômica de 2008, somada a uma própria crise interna da empresa, causou queda nos investimentos da empresa. Para se ter uma ideia, em 2012, a empresa estimava investir cerca de 220 bilhões de dólares no período 2015-2019. Em 2015, no começo do citado corte temporal, seu novo plano de negócios reduziu esse valor para 130 bilhões de dólares. Isso freou os ânimos dos investidores, que sofriam com a perda de capitais e a fragilidade do mercado no momento, bem como arrefecimento nas taxas de crescimento dos PIBs mundiais, inclusive o brasileiro. O discurso da própria Petrobras mudou, com previsões menos otimistas. No seu plano estratégico para 2020 (Petrobras, 2007), a empresa cita o então bom momento da economia, embasada pelo FMI e o Banco Mundial, com boas perspectivas de crescimento para a maioria dos países e aumento da demanda por petróleo por parte dos países. Mas o plano estratégico para 2030 já vem com um pessimismo intrínseco dos anos mais recente causado pela recessão econômica mundial e sua lenta recuperação. Além disso, o *Shale Oil* (Gás de Xisto) surgiu como uma ameaça ao predomínio secular do petróleo na matriz energética americana, como alternativa viável para substituir o hidrocarboneto (e também enfraquecer rivais políticos como a Rússia e o Irã), o que também mina as ambições da empresa no setor de biocombustíveis (Petrobras, 2013).

Entretanto, é inegável os enormes avanços feitos pela Petrobras em sua área internacional. Em um mercado dominado historicamente por grandes empresas multinacionais, a Petrobras trilhou o seu próprio caminho para atingir esse patamar, e hoje em dia é uma das maiores empresas de energia do mundo. De acordo com ranking elaborado pela revista norte-americana Forbes em 2014, a Petrobras é a 13ª maior empresa petrolífera do mundo, com um dos maiores potenciais de crescimento para os próximos anos, muito devido a sua capacidade de exploração em águas ultra profundas. O ranking utiliza a produção diária como seu principal parâmetro para comparar as petrolíferas pelo mundo. De acordo com a própria empresa, sua produção diária em 2014 atingiu cerca de 2,2 milhões de barris de petróleo (bpd). Junto com a estatal brasileira, vemos membros do grupo das antigas Sete Irmãs, estatais de países da OPEP e empresas russas. Em outros rankings, é comum ver a empresa figurando no top20, as vezes inclusive no top10. A Petrobras hoje em dia atua em 26 países, obtendo cerca de 15% do seu lucro (em 2006) nesses negócios. Sem dúvida ou questionamento quanto a isso, é de fato uma empresa globalizada, com um processo contínuo de internacionalização bem-sucedido.

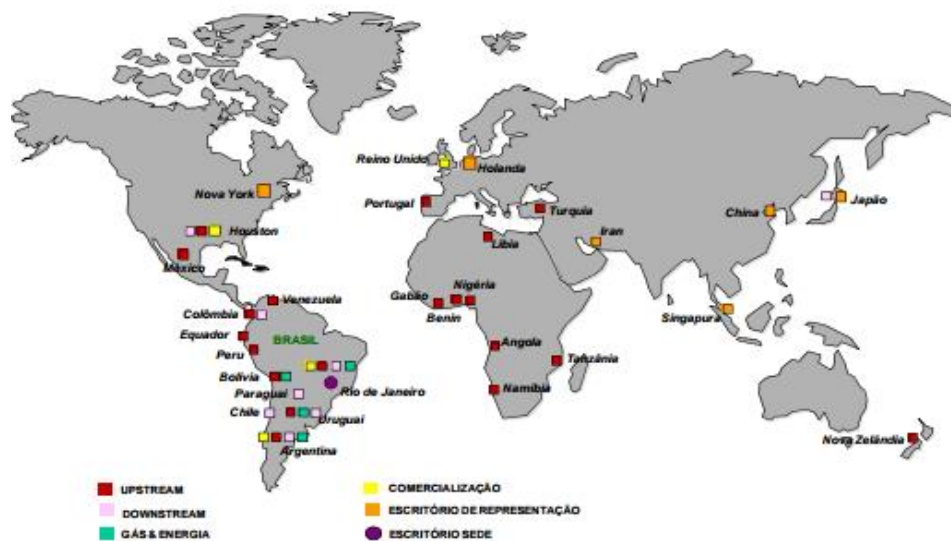


Figura 8: Mapa da atuação internacional da Petrobras. Fonte: Petrobras

Acima, vemos um mapa da atuação global da empresa. Em regiões mais afastadas do Brasil, como no Extremo Oriente, a empresa possui escritórios de representação, como na China e em Cingapura, para realizar negócios em nome da empresa na região do mundo em que se localiza. Também possui um na Holanda. Ainda na Ásia e Oceania, possui parcerias com empresas australianas e indianas para desenvolver tecnologias de exploração, e com japonesas na área de Refino. Na Inglaterra, possui uma sede voltada para a pesquisa em prospecção. Também possuía uma sede em Portugal para procurar gás e petróleo no país, mas desistiu e saiu de lá em 2013 (Petrobras).

Nos países africanos em que atua, como Nigéria e Gabão, sua principal atividade é exploração *offshore*. Na América do Norte e Central, atua principalmente em exploração e refino, além de realizar operações comerciais por lá. Mas a presença da empresa é mais forte mesmo na América do Sul, principalmente no Cone Sul. Somente na Argentina a empresa atua em todos os setores possíveis da indústria petrolífera, assim como no Brasil, além de ter negócios relacionados à energia elétrica e biocombustível. No total, a subsidiária da Petrobras na Argentina possui mais de 5 mil funcionários, maior número da empresa fora do Brasil (Petrobras Argentina, 2013).

No Chile, Paraguai e Uruguai atua com comércio e distribuição, sendo que nesses últimos quatro países citados é empresa líder no setor. Na Bolívia, possui negócios de exploração, produção e transporte por dutos. Por fim, na Venezuela e Colômbia, tem parcerias no

setor de produção e atua com menor destaque em distribuição. Possuía também parcerias de exploração e produção no Equador e Peru, mas saiu do primeiro em 2010 devido a desavenças com o governo local, e no segundo vendeu seus ativos para empresas chinesas (Petrobras, 2014).

Capítulo 3 – Estudos de Casos

Quando a lei da quebra do monopólio do Petróleo fora assinada em 1997, a Petrobras ganhou uma grande vantagem: a de poder atuar diretamente no exterior sem a necessidade de intermediação de sua subsidiária, a Braspetro, que foi então sendo integrada a empresa, conforme já citado anteriormente. Ao final desse processo, a Petrobras enfim teve a abertura de sua própria Área de Negócios Internacionais em 2002. Com isso, a empresa pode aumentar consideravelmente os seus investimentos no setor. O foco dessa área era em três regiões geográficas distintas: Golfo do México, Costa Oeste Africana e América Latina. Nos dois primeiros, isso se deveu as oportunidades de exploração offshore nas regiões. No caso latino-americano, as oportunidades para a integração regional e a proximidade geográfica com o mercado brasileiro eram os fatores que mais atraíam a empresa (Petrobras, 2008). O Plano Estratégico de 2015 previa nada menos do que 56,4 bilhões de dólares gastos nessa área até os dias atuais, cerca de 15% do seu orçamento total no período 2008-2015 (Petrobras, 2007). Essas perspectivas mudaram anos depois, com a descoberta do Pré-Sal, o que levou a empresa a diminuir os investimentos no INTER e concentrá-los ainda mais na área de E&P nacional. Entretanto, vale destacar o apogeu dessa área até então, que foi de 1997, ano da quebra do monopólio, até 2006, quando o governo boliviano nacionalizou as refinarias de Santa Cruz de La Sierra.

O que podemos notar é que houve uma significativa mudança na estratégia de internacionalização da empresa pós-quebra do monopólio estatal em 1997. Enquanto no início daquela década, os investimentos foram diminuídos devido a postura mais austera da companhia, na virada do século já se consolida um novo paradigma: fazer aquisições. Principalmente na região do Cone Sul, cada vez mais em evidencia para o Brasil graças ao Mercosul, não somente pelos óbvios fatores de proximidade geográfica, mas também porque ali a empresa via uma situação propícia que atendia seus objetivos (Souza, 2009). E esses eram:

- 1º). Tornar-se uma empresa integrada de energia
- 2º). Virar uma companhia líder na América Latina

Destacam-se dois dos países onde a empresa fez mais aquisições: Argentina e Bolívia. De acordo com Ribeiro, que fez uma análise sobre o assunto baseada em entrevistas com executivos e diretores da empresa:

“(…) A Petrobras vai para os países que lhe oferecem boas oportunidades. Foi para a Argentina e a Bolívia não porque era mais fácil, nem porque a ‘distância psíquica’ era pequena, mas porque existia uma forte sinergia de recursos dos recursos e potencialidades das empresas nesses países. (2006: p. 14). “

Mesmo antes da quebra do monopólio, a empresa já tinha iniciado uma ofensiva empreendedora nesses países anos antes. Para melhor entendermos as estratégias de internacionalização da Petrobras na América do Sul e analisar os reflexos que suas ações provocam nos outros países, vamos fazer um breve estudo de caso de cada um dos dois países citados, destacando as semelhanças e diferenças em cada um desses processos particulares, e indicar como cada um contribui com o projeto geral de integração energética da América do Sul conforme almejado pelo Brasil.

3.1 Estudo de Caso: Argentina

A Petrobras entrou na Argentina em 1993 ao abrir no país um escritório de negócios, em tempo próximo ao tratado de Assunção que oficializou a criação do Mercado Comum do Sul. Parceiro comercial tradicional, apesar da histórica rivalidade que os dois países alimentaram durante o século XX, especialmente na primeira metade dele, a Argentina era um alvo natural da Petrobras para se expandir na América do Sul. De todos os outros países do subcontinente, a Argentina sem dúvida era o maior mercado em potencial. Historicamente, o país “Hermano” era a economia mais forte da região. Com uma industrialização e urbanização centradas na região metropolitana de Buenos Aires, uma agropecuária tradicionalmente forte e a segunda maior população do continente, o país se destacava dentro de sua região, mesmo sendo continuamente assolada por severas crises econômicas e políticas durante o século XX. Indiscutivelmente, era o segundo maior mercado da região, inclusive no de derivados de petróleo. Tendo em vista que a Petrobras já era a principal empresa no maior mercado regional, era natural que uma vez que visava

expandir-se na região, fosse priorizar o segundo colocado. Em um momento marcado pelas políticas internacionais de integração e liberalismo econômico e com privatizações ocorrendo no país, a Petrobras entrava apostando alto nele (Ferreira, 2008).

Inicialmente, a empresa atuou por lá através de concessões de exploração. Após a quebra do monopólio estatal em 1997, a empresa investiu bastante em aquisições de empresas no exterior, e na Argentina foi o lugar que ela mais conseguiu fazer as aquisições valiosas. Em julho daquele ano, a Petrobras iniciou um processo de expansão dentro do país, através da criação da Companhia Mega S.A., detendo 34% das ações dela, com um investimento de 715 milhões de dólares em parceria com empresas espanhola e estadunidense. Em segundo momento daquela ação, realizou troca de ativos com a empresa espanhola Repsol YPF, o que lhe garantiu cerca de 12% do mercado argentino, controlando 700 postos de combustíveis que eram da marca EG3 bem como adquiriu a refinaria de Bahia Blanca. Ao fim da negociação com a Repsol, em 2001, a Petrobras cedeu cerca de 500 milhões de dólares em ativos para os espanhóis, incluindo participações em refinarias e campos de exploração, bem como postos e fornecimento de derivados de petróleo. Mas com isso ganhou em troca o controle quase total da EG3, nada menos do que 99,5% dessa companhia (Ribeiro, 2006).

Também fora construído um gasoduto Brasil-Argentina nessa época, que ligava a bacia do noroeste argentino a Uruguaina (RS), passando por mais de 400 km, a fim de abastecer uma usina termelétrica com capacidade de transportar 2,5 milhões de metros cúbicos de gás natural diários. Era o começo de uma série de construções de gasodutos e oleodutos que levariam gás natural dos países vizinhos para abastecer o sul e sudeste brasileiros, principalmente suas indústrias (Ferreira, 2008). O Brasil necessitava do gás argentino, bem como de outros, para suprir sua demanda interna, maior que de seus vizinhos. A título de comparação: Em 2010, a produção de gás no Brasil, diariamente, era da ordem de 13 milhões de m³, enquanto que na Argentina era de 36,1 milhões m³, além de ser superavitária em relação ao consumo interno argentino (Fontes: ANP e BP Statistics). Logo, o Brasil dependia de gás proveniente do exterior, e os gasodutos eram o meio de trazer esse gás (principalmente o boliviano, como veremos em breve). Dentro do contexto mais geral da integração energética sul-americana, os gasodutos se estabelecem como o principal meio de efetivar a integração territorial do continente. Mas no caso argentino, esse ainda foi um pequeno passo para o que viria adiante.

Com maior destaque, a aquisição da Perez Companc S.A. em 2002, uma das maiores empresas de energia do País foi certamente o negócio mais importante da Petrobras dentro da Argentina até hoje. Fundada em 1946, essa holding se destacou no setor de E&P (exploração e produção) petroquímico, bem como na diversificação dentro do setor, com a geração de energia elétrica sendo um destaque. Além disso, possuía ativos fora da Argentina, principalmente na Venezuela (Ferreira, 2008). Na época da compra, a Argentina atravessa grave crise econômica, sofrendo com uma forte desvalorização cambial que devastou o país. Uma das grandes vítimas dessa crise foram justamente as empresas nacionais, que com a desvalorização da moeda perderam ativos e viram suas dívidas crescerem. Essa crise acabou facilitando a aquisição da Petrobras da Perez Companc. No ano anterior da crise, em 2001, o patrimônio da empresa era de cerca de 2.9 bilhões de dólares. Caiu para menos da metade, 1.3 bilhões de dólares (Ribeiro, 2006). O setor que mais causava déficit para a empresa era o de energia elétrica, fortemente taxado pelo governo argentino.

Era uma situação extremamente desfavorável para os argentinos, mas que se mostrou vantajosa para os brasileiros, que sondavam a compra da empresa fazia quatro anos. Em outubro daquele ano, a Petrobras fechou o acordo de compra de empresa por 1.03 bilhões de dólares por 58,6% dos capitais ativos da empresa, conquistando assim o direito de controlá-la. Com essa aquisição finalizada, somou-se a outras, como a Petrolera Santa Fé, EG3, Pecom, dentre outros. Isso fortaleceu ainda mais a subsidiária da Petrobras na Argentina, batizada de Petrobras Energía. Os negócios da área internacional da empresa se complexaram na região. Cerca de 80% dos negócios da empresa no exterior ficaram concentrados no Cone Sul graças a essas aquisições (Ribeiro et Junior, 2008).

Ao fim de 2006, a empresa já produzia no país cerca de 6,8 milhões de metros cúbicos em gás natural (Petrobras Argentina, 2011). Suas atividades dentro da Argentina abrangiam toda a cadeia produtiva da indústria petroquímica. Desde exploração e produção, bem como refino, distribuição e produção. Ou seja, é o primeiro país fora do Brasil no qual a empresa conseguira esse feito. Segundo o presidente da Petrobras da época, Francisco Gros: “a partir de agora podemos, sem medo de errar, nos referir a Petrobras como uma verdadeira multinacional verde e amarela” (Ferreira, 2008). Para que resultasse em negócios lucrativos, era preciso aprimorar o gerenciamento externo. Então, a empresa adotou a prática de expatriar funcionários. Ou seja, de enviar funcionários de alto escalão da sua matriz principal para a sua subsidiária argentina. O inverso também

ocorreu, com funcionários da argentina vindo trabalhar no Brasil. Esse movimento visa promover a integração entre os funcionários de diversos países (no caso Brasil e Argentina), mas principalmente incentivar a troca de conhecimento e experiências. Principalmente daquilo que se denomina conhecimento “tácito”, que é exclusivo da sede original e envolve também sua própria cultura gerencial, estranha para a empresa de fora que a adquiriu, mas importante preservar na medida do possível para facilitar o processo de integração.

Segundo Ribeiro (2006), que realizou uma pesquisa entre dirigentes de alto escalão da Petrobras, envolvidos com a área internacional e com a compra da Perez Companc, o autor reparou que no início havia resistência por parte dos argentinos no começo do período pós-venda. Um dos motivos para isso seria um certo ressentimento com a Petrobras por ter comprado a companhia quando esta estava fragilizada pela crise econômica. As questões sindicais também dificultaram, visto que as legislações são diferentes de um país para outro. Por fim, como costuma acontecer nesses casos, uma nova hierarquia é imposta dentro da empresa, a fim de adequá-la ao padrão interno da própria Petrobras, embora não tenha havido demissões em massa. Pelo contrário, a Petrobras buscou manter os mesmos funcionários das empresas adquiridas, inclusive em cargos gerenciais. O fato dessas empresas serem privadas, com um processo de tomada de decisões mais ágil, devido a menor burocracia, a Petrobras tomou elas como modelo para aperfeiçoar sua própria organização (Ribeiro, 2006). Isso vai de encontro também com algumas das mudanças de rumo que a Petrobras passou a ter pós-Lei do Petróleo. Antigamente, seu principal objetivo no país seria de prospectar petróleo para garantir o desenvolvimento nacional. Agora com ações na bolsa e parcialmente privatizada, a empresa também precisava de lucro para manter o interesse dos investidores. Para tal, sua marca tinha que ser ainda mais valiosa.

A fim de expandir e consolidar ainda mais sua marca dentro do país, a Petrobras investiu pesado também em *marketing* na região. Com o número de aquisições em todos os setores da indústria de petróleo, notadamente naqueles conhecidos como *downstream* (distribuição e comercialização de derivados). A quantidade de postos controlados pela empresa cresceu consideravelmente também, passando a época de mais de mil postos, sendo que cerca de 300 operavam sob a bandeira da empresa (Petrobras, 2007). Com isso, o contato que a empresa tinha na Argentina era mais direto com o seu mercado consumidor, ou seja, o público em geral. Nos outros países, com as atividades mais

voltadas para os setores de *upstream* (exploração, produção, etc..), a empresa lidava mais com governos e agências reguladoras, além de outras empresas. Por esta razão, mais do que em qualquer outro país, a Petrobras se utilizou largamente de atividades de publicidade e propaganda, utilizando-se dos meios de comunicação como rádio, televisão e jornais para divulgar a sua marca, cada vez mais valorizada. E isso incluiu também patrocinar equipes esportivas e projetos sociais, algo que até então só era comum no próprio Brasil. Com a valorização de sua marca, a Petrobras passava a sofrer menos riscos de capitais em seus negócios, pois adquiria mais credibilidade no exterior e isso consolidava sua estratégia internacional.



Figura 9: Posto de Combustível da Petrobras em San Lorenzo, Argentina. A empresa conta com quase 300 postos no país. Fonte: Petrobras

A expansão na Argentina continuou, amparada por essas aquisições que se mostraram bem-sucedidas. Com isso, a Petrobras foi gradualmente rumando para posições mais altas no mercado do país. Mesmo com uma queda na produção de 23% de óleo bruto durante o período 2005-2010 (Petrobras, 2011), a Petrobras manteve os investimentos diretos sempre crescentes. Nesse período citado, foram investidos mais 1,6 bilhões de dólares no país (Petrobras, 2011). Tornou-se então, a segunda maior empresa de energia da Argentina, atrás apenas da antiga estatal YPF, que fora privatizada em 1993 e adquirida pela empresa espanhola Repsol, formando até hoje a YPF-Repsol, parceira da própria Petrobras em algumas ocasiões. Mais e mais equipamentos e “sistemas de engenharia” foram adquiridos, a rede de dutos também aumentou e os postos com a bandeira da

empresa idem. Isso não significa, porém, que a empresa não tenha adotado a prática de realizar “desinvestimentos” no país, de acordo com o momento econômico e da própria característica da própria indústria petroleira.

Países	Atividades				
	Exploração & Produção	Gás & Energia	Refino / Petroquímica	Distribuição / Comercialização	Escritórios
Continente Americano					
Argentina	✓	✓	✓	✓	
Bolívia	✓	✓			
Brasil	✓	✓	✓	✓	Sede
Chile				✓	
Colômbia	✓			✓	
Curaçao				✓	
EUA	✓		✓		✓
México	✓				
Paraguai				✓	
Peru	✓				
Uruguai	✓	✓		✓	
Venezuela	✓				

Figura 10: Atividades da Petrobras em cada país do Continente Americano. Fonte: Relatório Anual da Petrobras, 2011

Atualmente, a Petrobras se encontra consolidada como uma das maiores empresas de energia da América Latina muito graças aos seus investimentos dentro da Argentina. Mesmo a liderança absoluta que possui dentro de seu próprio país, não lhe permitiria avançar tanto internacionalmente. Tendo se aproveitado em um momento em que a economia local estava fragilizada, e o setor de gás e petróleo passando por profundas transformações devido a neoliberalização geral do setor, com privatizações e investimento direto externo, a entrada no país foi o ponto de partida para a gradual dominância sobre o resto do continente, pois lhe permitiu diversificar sua cadeia produtiva e aproveitar novos mercados já antes abertos pelas ex-empresas argentina que adquiriu, notadamente a Perez Companc. Contribuiu muito para o êxito da empresa o contexto econômico e político dos países do Cone Sul, em vias de integração através do Mercosul. Com visões políticas até certo ponto convergentes, embora evidentemente resguardem seu próprio interesses, os recentes governos de Brasil e Argentina sem dúvida se mostraram aliados. Como podemos observar no quadro acima, a Argentina é o único país no qual a empresa está posicionada em todos os setores da indústria petrolífera e energética (Petrobras, 2011).

Entretanto, apesar do avanço e consolidação no país, a empresa se encontra em uma fase de desinvestimentos no país desde 2012. Seguindo uma tendência recente que se consolidou no restante da América do Sul (como no Equador e Peru), a empresa vem capitalizando e vendendo alguns de seus ativos na Argentina como parte do plano de negócios de sua área internacional para o Biênio 2015-2016 (Petrobras, 2015). Isso é motivado tanto pela estagnação da produção de óleo bruto e gás no país, somado a própria queda do preço do barril de petróleo no mundo, bem como da estratégia geral de priorizar os investimentos no Pré-Sal. Em 2015, um acontecimento marcante dessa etapa ocorreu com a venda dos ativos situados na Bacia Austral para a empresa argentina CGC por 131 milhões de dólares. A Petrobras tinha 26 concessões de exploração na região, e produzia cerca de 15 mil barris de óleo por dia. Ainda de acordo com a diretoria da Petrobras Argentina, isso foi apenas o começo da meta a ser atingida até o fim de 2016, que se estima ser de 13,7 bilhões (Petrobras, 2015). Uma perspectiva preocupante, ainda mais considerando os avanços no século XXI. Resta saber qual o rumo que a internacionalização tomará se tamanho desinvestimento for concretizado.

3.2 Estudo de Caso: Bolívia

As negociações entre Brasil e Bolívia sobre petróleo datam desde a década de 30, quando o Brasil já negociava com o seu vizinho a importação de petróleo deles, incluindo investimento em pesquisas de prospecção, numa época em que a indústria petrolífera brasileira ainda engatinhava, cerca de 20 anos antes de Getúlio Vargas aprovar a lei nº 2004. Mas o país andino já possuía sua própria estatal de petróleo, a YPBF, fundada em 1936. Fato notável em sua fundação foi a de que ela se deu quando o governo boliviano comprou os ativos da *Standard Oil Company*, expulsa do país sob denúncias de corrupção (Silva, 2012). Novos contatos voltaram a ser feitos em 1978, para a possibilidade de abertura de um escritório da estatal boliviana no Rio de Janeiro, em troca de benefícios fiscais para o Brasil. Mas assim como no caso argentino, as relações entre os países nesse setor, com a devida participação da Petrobras, só viriam acontecer de forma mais concreta no contexto das reformas econômicas neoliberais dos anos 1990 (Hage, 2008)

No ano de 1992, os dois chanceleres de ambos os países começaram as negociações sobre um acordo de importação do gás natural boliviano para o Brasil, representando cada um sua própria estatal, dentro do âmbito de negociações de integração econômica do Aladi (Associação Latino Americana de Integração). O acordo previa a venda de 8 milhões de metros cúbicos de gás natural para o estado de São Paulo com a perspectiva de dobrar esse valor nos dez anos seguintes (Silva, 2012). O acordo foi ratificado no ano seguinte. Com o negócio fechado, era preciso criar uma solução eficiente para transportar a matéria-prima da sua reserva geológica até as indústrias paulistas. Vinha então incluso outra parte do acordo: a criação de um gasoduto que ligasse Bolívia ao Sudeste Brasileiro. Nesse momento, a Petrobras entra diretamente no negócio assumindo grande parte do investimento da construção desse gasoduto, que viria a ser chamado de Gasbol (Hage, 2008).

Sua construção começou em 1997. No acordo sobre sua construção, ficou acertado que a Petrobras teria direito a 15% do lado boliviano e a YPFB 20% do lado brasileiro. Seu começo fica na cidade boliviana de Santa Cruz de La Sierra, economicamente uma das mais importantes do país, e capital da província boliviana com as maiores reservas de gás natural boliviana. Dali, o gasoduto entra pelo estado de Mato Grosso do Sul, passando por sua capital Campo Grande, até chegar no seu destino principal, o Estado de São Paulo. Ele ainda rumo para a região sul do país, até o município de Canoas no Rio Grande do Sul. Em 2000, ele começou a entrar em operação, mas sua obra completa só foi finalizada em 2010, quando finalmente entrou em pleno funcionamento. Sua extensão total é de 3.150 quilômetros (Fonte: Petrobras). Mesmo incompleto, entretanto, ele já aumentou consideravelmente o volume de gás importado pelo Brasil.

Para se ter uma ideia, quando se iniciou seu funcionamento em 2000, a quantidade importada era de 6 milhões de metros cúbicos médios diários. Em 2004, esse número saltou para 22 milhões (Fonte: ANP). Esses valores superavam as estimativas iniciais feitas em 1996, quando o tratado de La Paz foi assinado aprovando sua construção. Para a Petrobras e o Brasil, isso representou um êxito comercial e geopolítico estrondoso, respectivamente. Seguindo as premissas da segurança energética, a empresa tinha acesso territorial ao recurso, tinha o sistema de engenharia estabelecido no espaço para que esse recurso adentrasse suas fronteiras, de forma contínua e com um preço vantajoso (Silva, 2012). Suficiência, continuidade e preço, todos os três objetivos primários da geopolítica energética cumpridos.



Figura 11: Mapa do Gaseoduto Brasil-Bolívia (GASBOL). Fonte: ECEN

Quando começou a sua construção, o governo brasileiro de FHC estimava que até 2010, 18% da matriz energética brasileira seria proveniente do gás boliviano. Em um primeiro momento, o negócio também se mostrou favorável aos bolivianos. Com o tamanho de volume exportado para o Brasil, essa troca ganhou peso considerável na balança comercial do país andino. Em 2005, a Petrobrás passou a ser o maior produtor de gás natural no país, tendo maior volume de gás produzido que todas as suas concorrentes somadas. Isso lhe dava poder suficiente para definir praticamente sozinha a política de gás no país e alinhá-la a seu benefício.

Quando comprou a Perez Companc em 2002, o Brasil adquiriu no negócio a refinaria boliviana EBR (*Empresa Boliviana de Refinación*), que possuía duas refinarias, uma em Santa Cruz de la Sierra, bem no começo do gasoduto e outra em Cochabamba (Cavalcanti, 2007). No mesmo período citado anteriormente (2000-2004) as exportações bolivianas saltaram de 140 milhões de dólares para 713 milhões, sendo que do valor inicial, 110 milhões eram provenientes do gás, e do valor final, 562 milhões. Isso fez com a Bolívia passasse a ter um superávit comercial de mais de 272 milhões de dólares, saindo ao antigo balanço deficitário. Essa riqueza gerada, contudo, não significava, como geralmente ocorre nesses casos na história da humanidade, que ela fosse ser revertida em benefício da população boliviana em geral, extremamente empobrecida. Mudanças estavam para

ocorrer na política interna boliviana, e essas mudanças afetariam profundamente a Petrobras e o intercâmbio de gás natural (Silva, 2012).

Historicamente sempre muito empobrecida, a nação boliviana também sempre foi dependente da exportação de minérios para sustentar sua economia, como o estanho e o próprio gás natural. Assim como grande parte de seus países vizinhos no início dos anos 1980, o país sofria grave crise econômica com hiperinflação e queda do seu PIB. Foi neste que país que foram testadas inicialmente alguma das medidas econômicas que o FMI (Fundo Monetário Internacional) iria “sugerir” como padrão para os países sul-americanos através do Consenso de Washington, que foi o paradigma da região na década posterior. Isso incluía reduzir o papel do estado, incentivar as privatizações de estatais, câmbio fixo, liberalizar o comércio internacional (eliminando barreiras alfandegárias para tal) e proteger a propriedade privada. Na prática, essas medidas serviram para melhorar alguns indicadores econômicos. De 2000 para 2004, as exportações bolivianas saltaram de 140 milhões de dólares para mais de 700 milhões, causando superávit comercial. (Fonte: Ministério do Comércio Exterior). Mas pouco representou positivamente para a qualidade de vida da população geral, conforme Hage (2008) aponta:

“...aqueles governos (de 1996-2005) haviam se aproximado de modelos de reformas tidos por neoliberais, que destruíram o Estado Boliviano no pouco que ele havia conseguido para promover o bem-estar à população de menor renda. (...) [Havia a percepção de que] a Bolívia continuaria sendo exportadora de suas riquezas com poucas compensações aos pobres” (2008: p. 14).

O governo boliviano, controlado pelas suas tradicionais elites políticas na época, aprofundou ainda mais as reformas liberais e em 1994 deu início a privatização da YPFB, encerrado dois anos depois, com a antiga companhia sendo desmembrada em quatro novas empresas de economia mista. A princípio, os resultados trouxeram bons números para a economia boliviana, principalmente por ter atraído investimentos externos (como do Brasil) mas logo a estagnação veio e o efeito inicial cessou. Além disso, demissões em massa ocorreram quando o processo de privatização da antiga estatal de hidrocarbonetos foi finalizado, bem como de outras companhias. Mesmo com o crescimento comercial, a economia estava estagnada, muito devido à queda do poder de compra das famílias bolivianas, que caiu de U\$S 6,4 bi para U\$S 5,9 bi, de acordo com o Instituto de Estatística da Bolívia (INE). O aprofundamento das trocas comerciais com o Brasil baseados exportação do gás natural não ajudaram a melhorar o cenário para a população

boliviana, principalmente os camponeses de origem indígena, que começaram a demonstrar sua insatisfação nas urnas e a se mobilizarem politicamente, com protestos e se unindo em torno de um novo partido (Silva, 2012).

Nesse cenário, surgiu uma nova liderança política no país, o MAS (*Movimiento al Socialismo*), grupo político formado por sindicatos de cocaleros da região de Cochacamba, liderados por Evo Morales, levantando a bandeira da nacionalização do gás natural, que se tornaria a grande pauta da política boliviana. A maioria da população boliviana acreditava que os recursos minerais do país deveriam ser controlados pelo estado boliviano, pois assim isso geraria mais riquezas para a nação e ajudaria a fomentar uma nova etapa de industrialização no país. Através de mobilizações populares e alianças com grupos urbanos, o MAS ganhou força política suficiente para eleger Morales na presidência do país em 2005, quebrando a hegemonia política vigente até então, contrária as medidas de cunho nacionalista que o MAS defendia (Silva, 2012). Uma vez eleito, Morales precisava cumprir suas promessas em relação a nacionalização do gás natural, mesmo que isso o botasse em rota de colisão com o governo brasileiro e a Petrobras. Só que Morales não teve dúvidas quanto a seu próximo passo. Escolhendo simbolicamente o dia 1º de maio de 2006 (Dia Internacional dos Trabalhadores), Morales ordenou que o exército boliviano tomasse as refinarias da Petrobras. Assim sendo, ele moveu suas peças, e agora esperava quais peças o Brasil e a Petrobras mexeriam.

O ano de 2006 era crucial na política brasileira, pois era ano de eleições presidenciais. Como quase sempre desde a redemocratização de sua política em 1985, as eleições promoviam intensos debates internos no país, dividindo-o em diferentes correntes de pensamento, que mais ou menos se aglutinam em torno de uma legenda. Uma dessas legendas, o Partido dos Trabalhadores (PT), comandado pelo então presidente Lula, governava o país há quatro anos, e no campo da política externa, representada pelo Itamaraty, vinha buscando a integração com os outros países da América latina, não somente no campo econômico priorizado pelo governo FHC, mas principalmente político, que resultou um tempo depois na criação da Unasul. Esse objetivo de promover a integração sofreu um forte abalo quando Morales tomou as refinarias da Petrobras. A reação interna no Brasil foi muito dividida. Houve quem defendesse que medidas severas, até mesmo uma retaliação de nível militar deveria ser considerada, pois a ação do governo boliviano do ponto de vista jurídico foi ilegal, já que a Petrobras era a proprietária de facto das refinarias e por isso fora duramente lesada. Outros que ao menos o Brasil

buscasse compensações financeiras, ou que até mesmo manobrasse para que a Bolívia sofresse uma sanção econômica por parte do Brasil junto a outros países, através de instrumentos como a OEA (Organização dos Estados Americanos) ou a OMC (Organização Mundial do Comércio). Houve até mesmo quem defendesse os bolivianos na questão, chegando a acusar o Brasil de praticar um sub-imperialismo, aproveitando-se da fragilidade econômica do país vizinho em seu próprio benefício, visando aproveitar o ciclo globalizado da economia para através da geopolítica local, reafirmar sua liderança regional para então se projetar com mais proeminência em escala mundial (Hage, 2008).

A saída encontrada pelo presidente Lula, porém, era mais conciliadora e buscava manter intactas seus avanços no que tangia a integração regional sul-americana. Junto ao Itamaraty, o governo brasileiro buscou acalmar os agentes brasileiros insatisfeitos e mais afetados com a nacionalização boliviana, notadamente a própria Petrobras e os empresários industriais do país (Cavalcanti, 2007). Vale notar que o ex-presidente também possuía semelhanças em sua trajetória política com Morales, ambos tendo ascendido através de movimentos sindicais e pautado sua plataforma política em reformas sociais. Mas ao contrário do boliviano, Lula só conseguira chegar à presidência após “suavizar” seu discurso considerado radical por muitos setores da sociedade brasileira, comprometendo-se a manter as reformas econômicas do governo FHC, e se aliando com parte do empresariado brasileiro, tal aliança fora simbolizada em seu vice-presidente, José Alencar, grande empresário do setor têxtil. Tendo, portanto, bom fluxo de negociação com os agentes envolvidos, ele usufruiu de seu capital político para costurar uma saída para a crise em que os dois lados pudessem sair ganhando o máximo possível com perdas mínimas (Silva, 2012).

Com isso, os dois países desenvolveram as negociações de maneira bem realista, racional e pragmática. Elas começaram 3 dias depois da tomada das refinarias, quando uma cúpula de presidentes sul-americanos se reuniu para discutir o assunto. Os bolivianos queriam gastar o mínimo possível com as compensações a Petrobras, mas não podiam arriscar estender muito as negociações pois haveria prejuízos a longo prazo, e poderiam ter que lidar com novos atores na negociação do lado brasileiro, visto que as eleições presidenciais ocorreriam em poucos meses. Por outro lado, não poderiam também enfraquecer muito sua postura, para que internamente o governo não perdesse o apoio dos movimentos sindicais e populares, grosso do seu suporte. Por fim, a dependência da exportação do gás continuava sendo a maior fonte de renda para o país, e fora sobre os lucros desta que

Morales prometera modernizar o país. O Brasil precisava manter o abastecimento de gás, dar uma resposta aos acionistas da Petrobras, que adotaram uma postura bem mais dura em relação à crise do que o governo brasileiro, mas principalmente fazer isso tudo sem abalar a integração regional. Logo, ambos não poderiam arriscar estender em demasiado a negociação (Silva, 2012).

Ambos os lados barganharam, mas um acordo logo foi alcançado. Para a Petrobras/Brasil ajudava o fato de que os ativos totais da empresa representavam 18% do PIB boliviano entre 1996-2005, mas somente 1,5% do capital total da empresa. Assim sendo, a empresa acabou absorvendo grande parte do prejuízo da negociação, mas sem sofrer grandes impactos. Pode-se dizer que a Petrobras arcou com os custos da liderança diplomática brasileira. Em 2007, o acordo fora finalmente fechado, com a Bolívia tendo que pagar cerca de 112 milhões de dólares a Petrobras pelas refinarias tomadas, além disso, os países retificaram novamente o GSA (*Gas Supply Agreement*), garantido que os bolivianos exportassem cerca de 30 milhões de metros cúbicos de gás natural para o Brasil até 2019, e acertando o valor do preço caso fosse excedida essa quantidade (Hage, 2008).

Ao fim da negociação, apesar dos atritos iniciais, as relações bilaterais entre os dois países saíram bastante fortalecidas. O volume de gás importado da Bolívia voltou a crescer consideravelmente, aumentando o saldo comercial do país. Em 2005, o país andino obteve 404 milhões de dólares com a troca. Teve um auge de 1,7 bilhão em 2008, mas sofreu retração nos anos seguintes devido à crise econômica global do período, mas já em 2010 voltou a crescer, atingindo 1,1 bilhão (Silva, 2012). Com os novos valores obtidos, o governo boliviano pode injetar mais dinheiro em sua economia, promovendo um crescimento considerável na mesma. Já o Brasil, buscou diversificar suas fontes de gás natural para diminuir a dependência dos bolivianos, em lugares como o golfo da Guiné na África e em Trinidad e Tobago. Mesmo assim, os bolivianos continuaram sendo a principal fonte brasileira, muito devido à grande dependência que se criou nas últimas duas décadas da exportação do gás boliviano (Hage, 2008). São nada menos do que 30 milhões de metros cúbicos exportados diariamente, com alguns planos de dobrar a meta até 2019 (Petrobras, 2013). Em 2014, houve uma nova revisão nos valores do contrato entre a Petrobras e a YPFB que visava novamente corrigir os preços antigos estabelecidos no GSA. Com isso, a Petrobras voltou a ter que pagar a mais pelo gás boliviano, mas aumentou o volume importado para abastecer uma termoeletrica em Cuiabá, o que gerará para a empresa um lucro final de 128 milhões na operação toda (Petrobras, 2014).

Esse caso exemplifica como muitas vezes a Petrobras acaba sendo utilizada como intermediária de seu principal acionista, o Estado Brasileiro, para cumprir com seus objetivos políticos, no caso específico de política externa. Mesmo correndo o risco de sofrer danos internos ao tentar uma abordagem mais conciliadoras do que rígida, ou até mesmo sofrer graves prejuízos financeiros, o governo brasileiro optou em correr ao risco por considerar que a integração regional energética sul-americana era um objetivo mais importante a ser alcançado. O então presidente Lula soube lidar com os diferentes interesses envolvidos na questão e buscou uma solução que agradou a maioria deles, garantido o direito a soberania dos bolivianos, o fornecimento do produto as regiões industriais do Brasil, indenização a Petrobras e principalmente demonstrando a capacidade do Brasil em mediar crises frente ao mundo e de usufruir de sua liderança regional sem “apelar” para soluções mais radicais e diretas.



Figura 12: Mapa dos gasodutos atuais e projetos. Fonte: Abegás

CAPÍTULO 4 – Análises

Considerando o histórico recente do processo de internacionalização da Petrobras e seus planos e direções a serem tomadas nos próximos anos, qual o real objetivo da estatal nas relações econômicas e internacionais para a política do Estado Brasileiro, como ele concilia, ou não, sua função de representar os interesses brasileiros e o de gerar lucro para os seus acionistas. Até que ponto a empresa pode contribuir com o processo geral de integração regional, mesmo se preferir continuar priorizando suas funções em território nacional, retraindo seu raio de ação para dentro das fronteiras brasileiras ou buscar recuperar e fortalecer sua liderança regional.

4.1 Autossuficiência X Interdependência

Quando se trata de abastecimento de fontes energéticas, um dos maiores objetivos que um país tem que alcançar é sempre ter a quantidade suficiente para suprir sua produção, não apenas em um dia ou um mês, mas pelos próximos anos e até mesmo décadas. Relatórios anuais de energia, como os da própria Petrobras, costumam fazer essas projeções para planejar o acesso ao material necessário. Isso envolve tanto a produção interna quanto a que vem do exterior, como o gás boliviano. Em um cenário que a maioria dos autores consideram ideal, os países deveriam buscar sempre soluções alternativas no mercado interno para suprir essa demanda. Quando isso acontece, chama-se de Autossuficiência. Por exemplo, o Brasil em 2007 clamou ter atingido sua autossuficiência em Petróleo, pois sua produção interna, principalmente graças ao volume extraído da Bacia de Campos diariamente, dava conta da demanda diária brasileira. Mas por outro lado, essa autossuficiência não se sustentava plenamente devido a defasagem que a indústria petroquímica brasileira tem com os processos de refino, o que leva o país a importar alguns derivados de petróleo vindo da matéria-prima produzida pelo próprio país.

Tal situação é comum na grande maioria (se não totalidade) dos países, mesmo nas grandes potências (aliás, principalmente nelas), e como parte do contexto da economia globalizada, vemos uma situação de interdependência, ou seja, cada país depende um do outro para garantir sua cota mínima. A demanda pelas fontes energéticas tende sempre ao

crescimento, com exceções em momentos de crise, mas de maneira geral, o sentido dos indicadores é sempre para cima, forçando as nações e as empresas procurarem novas fontes e manterem o suprimento das antigas. Para efeito de comparação, vejamos o caso dos Estados Unidos e a Arábia Saudita, considerados aliados no contexto das relações internacionais e nas relações bilaterais de comércio petrolífero. A Arábia Saudita é o maior produtor de petróleo do planeta (o que ele lhe dá muita força geopolítica global) assim como os estadunidenses os maiores consumidores. Logo, o primeiro depende dos lucros obtidos com a venda para o segundo, que depende desse petróleo saudita para garantir seu abastecimento. Com efeito, mesmo sendo países com realidades socioeconômicas extremamente distintas, eles dependem um do outro para manter suas economias girando, mesmo que eventualmente os americanos busquem diversificações, como o *shale oil*.

Na América do Sul, o Brasil não foge à regra. Além de importar matérias-primas, o país também exporta derivados de petróleo para seus vizinhos, sendo uma das empresas com maior participação em alguns mercados como o argentino, chileno, dentre outros. É um dos mercados mais lucrativos para a empresa, pois no exterior não está sujeita a medidas de restrição que costumam ser impostas pelo governo brasileiro. Por exemplo, nos últimos anos (2013-2014), com o preço do barril em alta, o governo brasileiro congelou os preços do litro de gasolina (supostamente para controlar a inflação). Mais recentemente, porém, foi obrigado a voltar a aumentar os preços pois o prejuízo da empresa estava sendo grande e insustentável, apesar de no momento o preço do barril de petróleo ter despencado no mundo. Por outro lado, o preço do combustível nos postos da Petrobras caiu nos outros países sul americanos (Fonte: Folha de S. Paulo).

Como vimos, esse cenário de interdependência, praticamente inevitável, exige a busca por parte dos países de amenizá-la o máximo possível. A solução para isso, passa basicamente por duas etapas: Diversificar sua matriz energética com novas fontes de energia ou aumentar seu acesso a elas. Um exemplo do primeiro é quando o Brasil nos anos 1970, devido ao primeiro choque do petróleo, lançou o programa Proálcool para incentivar a produção de combustível gerado a partir da cana de açúcar. Do segundo caso, podemos citar o próprio Pré-Sal, que foi descoberto após anos de pesquisa e prospecção, e caso dê resultado, pode não só garantir a demanda interna como tornar o Brasil um grande exportador do produto. Evidentemente, tudo dependerá do sucesso da empreitada e do contexto econômico global.

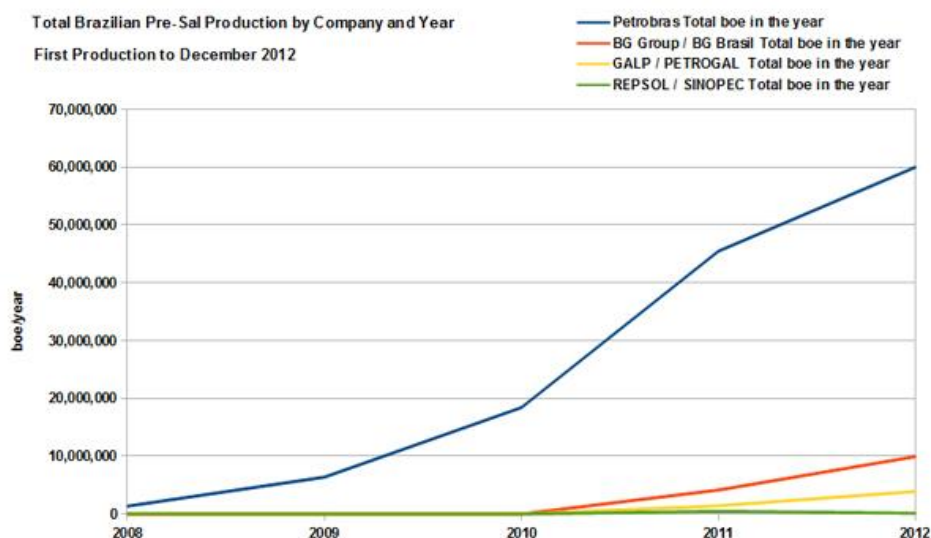


Figura 13: Gráfico da Produção do Pré-Sal de 2008-2012. Fonte: ONIP

Mas essa situação coloca o Brasil em um dilema, que pode comprometer os processos de integração regional. Como conciliar a busca pela autossuficiência sem comprometer os esforços históricos que visavam a integração do subcontinente? Uma vez que se a ideia é depender menos das importações, isso implica em menos dinheiro investido no exterior e também menor fluxo de capital para os outros países. A rigor, se olharmos os planos de investimentos da Petrobras para os próximos anos, veremos que a área internacional corresponde a um valor muito baixo se comparado ao mercado interno (96% x 4%, Fonte: Petrobras). No fundo, então, a conclusão que se tira é a de que mesmo que os discursos sejam para aprofundar a relação multilateral com a América do Sul, o desenvolvimento interno brasileiro sempre será a prioridade, e qualquer avanço no processo de integração ficará no plano de fundo nesse momento. Tentado pelo potencial do Pré-Sal, o objetivo da empresa passou a ser investir cada vez mais em exploração e produção para não só garantir sua autossuficiência como virar um grande exportador do produto.

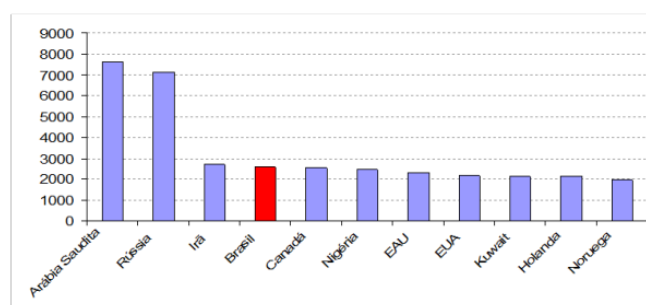


Figura 14: Projeção para 2035 da Exportação de Petróleo no cenário mais otimista. Fonte: Agência Internacional de Petróleo, 2011

De fato, existe motivos para otimismo. Torna-se um grande exportador de petróleo elevaria em importância o Brasil dentro do cenário geopolítico do petróleo. Hipoteticamente, os Estados Unidos poderiam ter outro fornecedor dentro da bacia atlântica além do Canadá e Venezuela, o que os afastaria um pouco do complicado cenário logístico e político do Oriente Médio, propiciando a eles ter uma fonte grande dentro de seu próprio hemisfério, favorecendo o aumento de seu nível de segurança energética. Porém, criaria por sua vez para o Brasil um novo cenário de interdependência com os americanos, pois eventualmente a economia brasileira iria gerar saldo positivo dessa hipotética troca comercial, e viria a depender dela, mesmo que sua economia seja mais diversificada que a maioria dos grandes produtores. É um ciclo vicioso e inevitável dentro da economia globalizada.

De qualquer modo, porém, é muito prematuro fazer qualquer projeção que estabeleça o Brasil como autossuficiente em Petróleo e em demais assuntos energéticos, sem contar como ficaria a relação do Brasil com os outros países sul-americanos, cuja assimetria deveria se aprofundar ainda mais. Em termos de mercado, é muito provável que a Petrobras continue a priorizar o Cone Sul, pelas vantagens econômicas criadas lá e a integração territorial mais avançado do que nos países andinos. Para entendermos melhor, é essencial destrinchamos a estratégia geral da empresa e seus planos para o continente.

4.2 Estratégia global da Petrobras

Nos últimos dez anos, a Petrobras lançou dois planos estratégicos, que traçam seus interesses em dois anos, cujos contextos econômicos mudaram radicalmente de um para outro. O primeiro, feito em 2007, era o Plano Estratégico 2020. Ele tinha um teor bem otimista, ancorado pelo bom momento da economia brasileira e mundial, com perspectivas de crescimento de produção graças ao Pré-Sal e também da demanda mundial, o que alavancaria as exportações. Dentre as principais razões apontadas, podemos destacar (Petrobras, 2007):

- Perspectiva de crescimento da economia mundial, manutenção das elevadas taxas de crescimento. (Cerca de 5% ao ano no período de 2008-2012, segundo o FMI)
- Forte crescimento da economia chinesa, o que levaria a elevação do preço das commodities. Aumento da dependência norte-americana da importação de gás e petróleo.

- Forte crescimento da demanda por Petróleo, com os indicadores apontado alta no seu preço (bbl).
- Perspectiva de crescimento da produção brasileira graças ao Pré-Sal, apesar das dúvidas quanto sua viabilidade.
- Entusiasmo com a produção de biocombustíveis, expansão da produção do etanol

Conforme podemos observar, havia uma perspectiva positiva por parte da empresa, que certamente se inspirava no próprio discurso do governo brasileiro na época, animado com o crescimento da economia propulsionado pelo aumento de consumo interno, e com grandes projetos de investimento em infraestrutura através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Entretanto, a crise econômica mundial de 2008, no ano seguinte desse plano, acabou tirando esse teor otimista. Apesar de seus reflexos terem demorado a atingir o país, quando eles o atingiram, a Petrobras não ficou ileso. Somado a outros fatores, a empresa viu sua marca sofrer uma desvalorização na casa da centena de bilhões (Fonte: Estadão). Por isso, podemos observar como mudou o discurso no Plano Estratégico 2030, publicado em 2013 (Petrobras, 2013):

- Crise econômica de 2008 reduz as expectativas de crescimento econômico mundial. (Cerca de 3,6% ao ano no período 2014-2030, segundo a Global Insight)
- Incertezas em relação ao crescimento econômico da China e os impactos sobre os preços.
- Arrefecimento do crescimento da demanda por petróleo, com preço estável e com tendência a queda no médio a curto prazo.
- Perspectiva da autossuficiência de gás dos EUA em 2019 e redução da necessidade de importação do Petróleo.
- Maior conhecimento do Pré-Sal, com sucessivos recordes de produção, já temos 10 UEPs (Unidades Estacionárias de Produção) operando na camada Pré-Sal.
- Menor expectativa de crescimento do Etanol, focada na recuperação da produtividade agrícola.

Como vemos, em um breve intervalo de tempo, a empresa foi obrigada a repensar alguns pontos de sua estratégica, mas seus objetivos continuam basicamente os mesmos. Esses são resumidos nos seguintes pontos (Petrobras, 2013):

- 1) Produzir em média cerca de 4 milhões de óleo por dia no período 2020-2030, sob a titularidade da Petrobras no Brasil e no exterior, adquirindo direitos de explorações de áreas que viabilizem esse objetivo
- 2) Suprir o mercado brasileiro de derivados, alcançando uma capacidade de refino de 3,9 bpd, em sintonia com o comportamento de seu mercado doméstico
- 3) Manter a liderança no mercado doméstico de combustíveis, ampliando a agregação de valor e a preferência pela marca Petrobras.
- 4) Agregar valor aos negócios da cadeia de gás natural, garantindo a monetização do gás do Pré-Sal e das bacias interiores do Brasil.
- 5) Atuar em E&P, com ênfase na exploração de óleo e gás na América Latina, África e EUA.

O foco do plano é nitidamente a área de exploração, muito devido às expectativas trazidas pelo Pré-Sal, que pode levar o Brasil a um novo patamar no cenário do comércio de petróleo global. O Brasil é visto como um novo exportador emergente, e com um dos maiores potenciais. A maior parte dos investimentos da empresa serão destinado a ele, com cerca de 80% dos investimentos previstos para os próximos quatro anos, de 2015 à 2019 (Petrobras, 2015). Não é uma surpresa se considerarmos o histórico da empresa, que sempre se destacou justamente nesse setor e se tornou um dos líderes em termos de avanço tecnológico. Atualmente, mesmo em crise, a empresa bate seguidamente recorde atrás de recorde de produção. Porém, precisa também adquirir capacidade de refinar essa produção toda. O Plano prevê que até 2015, a empresa será capaz de atingir a autossuficiência volumétrica, que implica que a produção de petróleo dê conta do consumo de derivados, e que ela atinja sua totalidade em 2020.

Quanto a área internacional, a empresa também destaca a importância de aumentar a produção de gás e óleo nas suas reservas internacionais, e aumentar o enfoque nelas a partir de 2019. As estimativas de investimento da empresa para o período 2014-2018 serão de cerca de 130 bilhões de dólares, sendo que desse montante 80% será destinado a área de E&P (exploração e produção). Menos de 4% serão destinados à Área Internacional, apesar de a empresa contar os poços localizados no exterior na parte de E&P.

É notório então que a Petrobras puxou o freio na sua expansão internacional. Ao contrário dos anos seguintes pós-1997, em especial durante 2001-2005 quando os investimentos no exterior atingiram um auge, com as aquisições na Argentina e a construção do Gasbol, a Petrobras dá mais atenção do que nunca no mercado brasileiro e ao projeto de virar um grande exportador. No seu plano de negócios para o período 2011-2015, a empresa anunciou um desinvestimento de 13,6 bilhões de dólares na sua área internacional. No começo de 2015, já pôs a venda alguns de seus ativos na Argentina. É verdade que esses desinvestimentos no exterior sempre estiveram dentro do padrão da empresa, mas a fase atual põe seriamente em dúvida o futuro da expansão sul-americana e sua consolidação dentro do mercado.

A crise econômica de 2008, que derrubou as bolsas de valores pelo mundo, atingindo principalmente a Zona do Euro e Wall Street, provavelmente foi a razão que levou a empresa a se fechar ainda mais no Brasil, que no momento conseguiu suportar os efeitos da crise e até mesmo manter um certo ritmo de crescimento pelos anos seguintes. Sendo a empresa líder do Brasil e estatal, é natural que a tendência fosse a de priorizar o mercado interno. É uma estratégia bem clara e direta: Manter a liderança interna no Brasil, aumentar a produção através do Pré-Sal, e com isso tornar-se um grande exportador de petróleo. Depois, se tudo ocorrer conforme o planejado, almejar a liderança absoluta da América Latina, garantindo-se então como uma das maiores empresas energéticas e petrolíferas do mundo. Apesar de também buscar a diversificação, a empresa sabe que o petróleo é o ramo mais lucrativo, apesar das flutuações de seu preço no mercado internacional e dos riscos intrínsecos de sua indústria.

Por isso, é importante notar que a Petrobras busca se alinhar (assim como o Brasil) com a China em alguns de seus negócios, notadamente nas concessões de exploração do Pré-Sal, em que além da Petrobras, os chineses são os que mais adquirem ativos. Não é mera coincidência, é uma estratégia para alinhar-se ainda mais com o mercado chinês, cujo crescimento pujante vêm atraindo outros países a querer se aproveitar desse crescimento. Além disso, existe a questão dos BRICS, grupo de países emergentes no cenário mundial, que vem nos últimos anos unindo esforços para a consolidação deles em um bloco próprio. O grupo é composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Juntos, correspondem a quase um terço da população mundial, um número mais expressivo do que o G7, grupo das maiores potências econômicas do planeta.

Um outro objetivo que a empresa busca, desde o começo do século, é se tornar uma “empresa integrada de energia”, não se limitando ao setor de petróleo e gás, mas abrangendo todo o setor energético, tanto que na época das aquisições muitas empresas de energia hidráulica foram adquiridas. Mas após a época da prospecção do Pré-Sal, a participação dos hidrocarbonetos vem aumentando na oferta de energia brasileira, conforme mostra o gráfico abaixo:

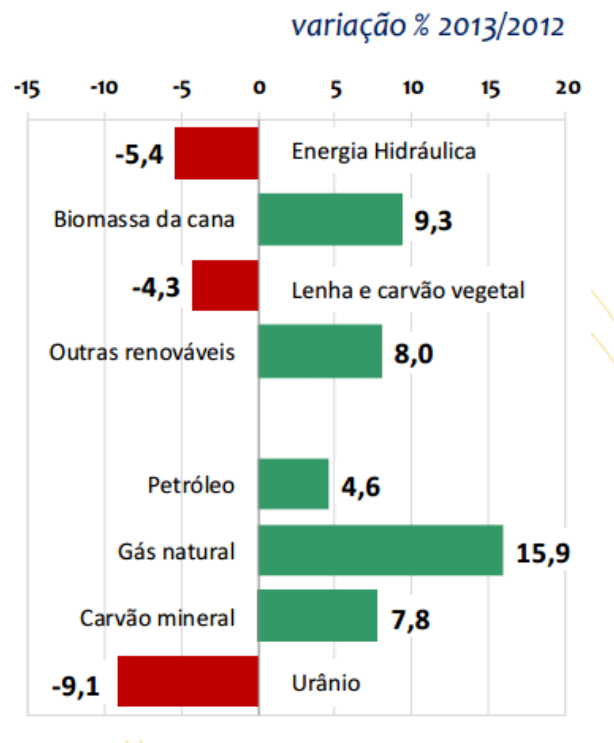


Figura 15: Variação da Oferta de Energia Interna. Fonte: Ministério de Minas e Energia

Isso demonstra uma mudança nas perspectivas anteriores. Apesar do avanço notável da biomassa e da relativa grande participação de outras fontes renováveis, o Brasil segue a tendência mundial de manter a dependência dos hidrocarbonetos, quadro que tende a ser inalterado pelas próximas décadas, conforme preveem os especialistas. Assim como ocorre desde o primeiro choque do petróleo em 1973, não se vê no horizonte alguma mudança de paradigma tecnológico que desbancue o Petróleo do topo dos recursos. É possível que a crescente preocupação ambiental (o petróleo e seus derivados contribuem consideravelmente com a emissão de CO², considerado pelos ambientalistas o gás mais poluente do planeta e principal responsável pelo aquecimento global antrópico) possa servir como um incentivador a mais para os países, notadamente as grandes potências e

os emergentes, a buscarem outras soluções que se encaixem melhor no que é costumeiro chamar de “sustentabilidade”. Mas apesar de alguns lentos avanços em acordos ambientais e todo esse discurso de sustentabilidade estar se tornando quase que norma, é muito improvável que esses países cheguem a um acordo ou queiram comprometer sua própria segurança energética.

A estratégia, entretanto, vale ressaltar, é extremamente perigosa e vai de contramão ao que a própria estatal prega com seu discurso do século XXI de se tornar uma “empresa integrada de energia”. É claro que com as reservas do pré-sal comprovadas, o Brasil ficou em uma posição de segurança energética extremamente confortável. Com elas, o país não apenas torna-se um grande consumidor de energia, mas também um potencial grande fornecedor de petróleo para o mercado. É a consolidação do “viés de produtor e exportador de petróleo” (Egler, 2012), posto reservado a pouquíssimos países. Porém, em termos de segurança energética isso não é o suficiente. Com o preço do petróleo em baixa, as crises políticas entre os países-membros da OPEP, a própria crise da Rússia, além de todo um histórico excesso de dependência das exportações do petróleo que os países produtores historicamente sofrem, aumentar a participação dos hidrocarbonetos na matriz energética em detrimento das outras fontes não deixa de ser uma manobra arriscada que possa vir a comprometer a segurança energética nacional.

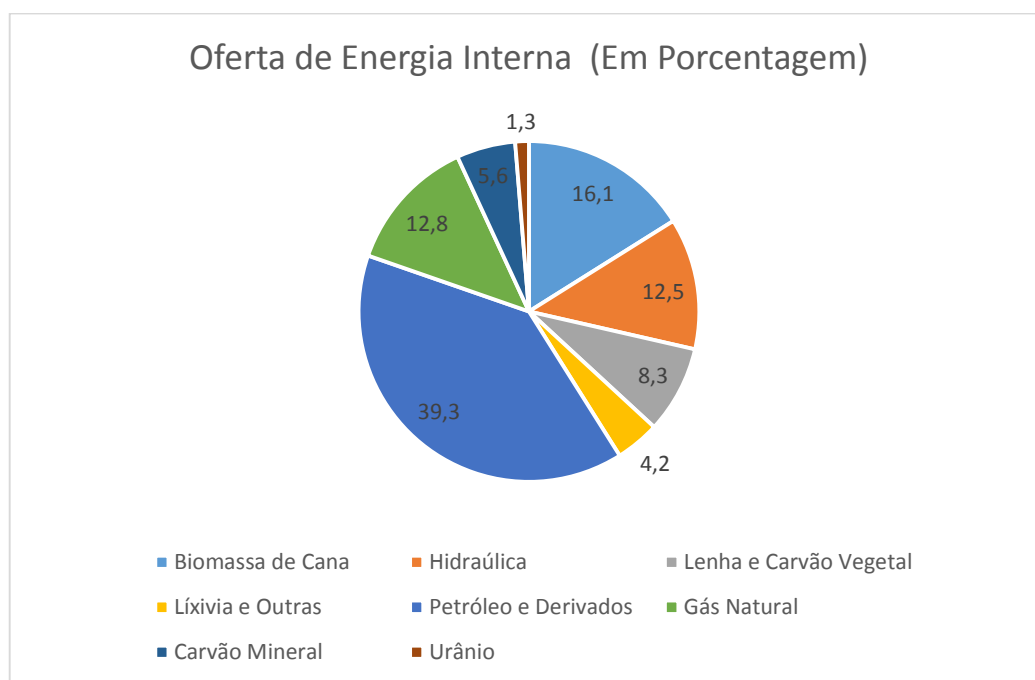


Figura 16: Matriz Energética Brasileira em 2014. 60% das fontes são não-renováveis e 40% renováveis. Fonte: Ministério de Minas e Energia. Edição Própria

4.3 A Internacionalização em segundo plano

Podemos distinguir a internacionalização da Petrobrás pós-quebra do monopólio em 1997, em dois períodos distintos: 1997-2006 e de 2007 até o momento presente. No primeiro período, tivemos o que pode se considerar “A era de Ouro” da Internacionalização da empresa. Foi durante esses anos que a Petrobras mais investiu no exterior, principalmente na América do Sul, adquirindo cada vez mais ativos, comprando empresas, construindo refinarias e gasodutos, costurando novas relações comerciais, abrindo novas frentes de exploração e diversificando seus negócios. No biênio de 2006-07, uma série de acontecimentos mudou o paradigma da internacionalização da empresa. Dentre os fatos mais notáveis, podemos destacar dois: A nacionalização das refinarias bolivianas e a descoberta do Pré-Sal. O primeiro fez a empresa começar a temer que eventuais crises diplomáticas pudessem prejudicar seus negócios e o segundo trouxe consigo a possibilidade de provocar grandes mudanças no papel da empresa e do Brasil no cenário do comércio mundial de petróleo. A junção dos dois resultou em novas perspectivas da empresa de focar ainda mais nos seus negócios nacionais e a “regredir” internacionalmente.

Por isso, esse segundo período é marcado mais pelos desinvestimentos da empresa, notadamente a partir de 2013, quando uma crise econômica se abateu sobre a estatal, e ela precisou com urgência adquirir capitais em curto prazo para frear a desvalorização de sua marca, que vem atingindo níveis alarmantes. Uma das saídas encontradas foi começar a vender alguns de seus ativos na América do Sul, como no Equador e na Argentina (Petrobras, 2015). É comum as empresas petrolíferas praticarem tais táticas de desinvestimentos, muito devido aos riscos políticos e geológicos envolvidos na atividade de exploração petrolífera. As causas mais comuns são quando a área de exploração vira uma zona de conflito bélico (muito comum no Oriente Médio, por exemplo) e quando o poço se mostra improdutivo e inviável para uma exploração a longo prazo (Borini et Ribeiro, 2010). Entretanto, no caso dessa etapa mais recente da Petrobras, não foram esses fatores os principais responsáveis pela mudança da estratégia da empresa, e sim crises e mudanças estratégicas dentro de sua matriz brasileira.

Mas outros fatores estão sim relacionados a problemas encontrados na área internacional, mais precisamente nas relações com os países. Nisto, a situação ocorrida na Bolívia em relação à nacionalização das refinarias é um caso emblemático. Ali a Petrobras sofreu com um dos maiores riscos que se encontram na indústria petrolífera, os chamados riscos de cunho político-diplomático. Dependente do gás boliviano, o Brasil precisa importar uma grande quantidade do país andino, pois é o país produtor de gás mais próximo, além de toda a infraestrutura construída por lá com capital brasileiro (gasodutos, refinarias, etc.). Ou seja, um grande investimento foi feito ali, e ele não pode simplesmente ser descartado em curto à médio prazo. Por isso, o governo brasileiro se viu forçado a fazer um acordo com o governo boliviano, para antes de tudo, não comprometer seu abastecimento de gás, um dos pilares para garantir sua segurança energética. Isto é, em suma, uma exemplificação da dialética da segurança energética, paradigmática nas relações internacionais relacionadas a esses assuntos. É necessário que uma nação chegue a um acordo com um país de realidade e objetivos extremamente opostos entre os dela. Evidentemente, isso é comum em qualquer relação comercial entre nações, mas no setor energético é mais problemático devido ao fato dos países serem forçados a aceitar um acordo, visto que o acesso às fontes de energia é indispensável dentro do sistema econômico vigente no mundo, a não ser que tenham um plano alternativo viável.

Mas se na Bolívia a empresa não tem escapatória, não se pode dizer o mesmo de outros casos, como no Equador e Peru. Em 2013, divergências com o governo de ambos países levou a empresa a encerrar suas atividades locais. Em termos de mercado e oferta energética, os dois países andinos não têm tanto a oferecer à empresa como Argentina e Venezuela, por exemplo, apesar da exportação de minérios ser um dos destaques de suas economias. Porém, sua ausência nesses territórios cria um vácuo espacial que compromete sua ação geoeconômica na região. Mais do que isso, pode inviabilizar um projeto de integração energética para o continente, criando um encalço nas ambições da empresa de ser tornar líder incontestável na América Latina, como seus planos de negócios sempre deixaram claro em suas intenções. E mesmo onde é forte, no Cone Sul, a empresa vem recuando, com vendas de companhias que possuía e campos de exploração que tinha direito de prospectar.

Com tudo isso, fica claro e cristalino que a Internacionalização da empresa ficou em segundo plano. Talvez no futuro o plano de apostar no Pré-Sal e na futura condição de grande exportador mundial tragam frutos enormes em termos financeiro e geopolítico,

algo que de fato a integração regional não pode oferecer. O que ela oferece, porém, é a consolidação de um projeto mais seguro em termos geoeconômicos, longe das agitações do mercado mundial de petróleo. Um mercado que o Brasil, pela Petrobras, seria o líder absoluto e por isso direcionaria os fluxos econômicos e geográficos dele. Mundialmente, a empresa ficaria à mercê de diversos fatores sobre os quais não teria nenhum controle. É um dilema que a empresa parece ter escolhido um caminho mais arriscado, mesmo que a própria integração sul-americana tenha seus próprios riscos e dificuldades singulares. Optou pela especulação econômica em detrimento da integração territorial. Resta ver se terá valido a pena nas próximas décadas, e como ficará então, os rumos da integração energética sul-americana e o papel da Petrobras nele.

4.4. Perspectivas da Integração Energética Sul-Americana

Após anos e décadas de debates infrutíferos e esforços que resultaram em pouco resultado prático, parece que a globalização e a interdependência foram fatores decisivos para incentivar os países a promoverem de forma concreta algum tipo de integração regional na América do Sul, em um momento que o capital financeiro, mesmo com a crise de 2008, segue cada vez mais forte. De todos os aspectos dessa integração, a de energia é um dos que ganhou proeminência, sobretudo no setor petrolífero, graças a condição de fonte líder desse hidrocarboneto no mercado global.

Nesse processo, é fundamental a participação das empresas estatais de petróleo, que representam seus países na questão. Além da Petrobras, podemos destacar a YPF (Argentina) e a PDVSA (Venezuela). A primeira, após passar por severas crises, uma privatização para a espanhola Repsol que também não ajudou na melhora do quadro, a empresa voltou a ser controlada pelo Estado argentino em 2012. Novamente ela se tornou plenamente a representante do país nos assuntos energéticos. Já sua correspondente venezuelana, cuja simbiose com o estado é ainda mais forte, é diretamente vinculada, sem pudores, às ações e estratégias de seu governo (seu presidente é também o Ministro de Minas e Energia do país), notadamente após a ascensão de Hugo Chávez a presidência em 2002. Com uma das maiores reservas provadas do planeta, e por consequência um dos

maiores produtores (alterna a liderança com a Arábia Saudita nos últimos anos, dependendo da produção específica anual), a empresa busca conciliar seu papel de consolidar-se no mercado mundial e atender as demandas de desenvolvimento de seu país.

A participação dessas três empresas, as maiores do setor petrolífero no continente, é fundamental para qualquer iniciativa de integração. Um passo para aumentar a sinergia entre as três foi dado quando a Venezuela ingressou o Mercosul. Graças a isso, abriu-se a possibilidade de trabalhos em conjunto, como quando em 2005 a PDVSA e a Petrobras assinaram um acordo para a atuação em conjunto no que viria a ser a Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco, além da exploração de campos petrolíferos na região de Carobobo na Venezuela, além de expandir uma rede de gasodutos na região norte do continente, a exemplo do Gasbol.

Esses acordos, porém, geram diversos tipos de conflitos internos e externos, desde a divisão nas respectivas sociedades, até o confronto entre as distintas estratégias delas, que não deixam de ser um reflexo das estratégias dos próprios países envolvidos. Dentro do contexto da busca pela segurança energética, a integração mostra-se um caminho extremamente improvável de funcionar, devido a assimetria dos objetivos das nações envolvidas. Isso fica ainda mais claro quando percebemos que a Petrobras leva ampla vantagem em relação a outras companhias, por ter mais condições, tanto financeiras e tecnológicas, de ser inserir com mais projeção no cenário mundial. A própria Petrobras investe na América do Sul não porque isso pode promover a integração dos países, e sim por considerar ser uma oportunidade de negócio que pode ajudar nessa sua projeção internacional. Não há toa, é uma empresa presente em todos os continentes, e líder na área de exploração *offshore*.

Para verificarmos isso, basta analisar a própria forma diferenciada como trata seus aliados na América do Sul, nos casos que expusemos, Bolívia e Argentina. Vemos nele como a Petrobras pode agir como os dois tipos de países no cenário da geopolítica energética, consumidor e produtor. Com a Bolívia, age como um consumidor, importando o hidrocarboneto do país andino, já com a Argentina, age como um misto dos dois, explorando alguns reservas locais, mas também vendendo seus derivados para o país. A reação dos países aos avanços da Petrobras e do Brasil, porém, veio através de uma forte onda de *resource nationalism* em países como Bolívia e Equador, além de novos conflitos com o Paraguai pelas tarifas de Itaipu. Os avanços na Venezuela, através das parcerias

com PDVSA foram importantes no sentido de expandir a internacionalização além da região do Cone Sul, ainda com a revisão e manutenção das relações comerciais com a Bolívia. Mesmo sofrendo esses revezes, o Brasil conseguiu manter sua liderança hegemônica na região, sem se desvincular da sua imagem de “defensor dos países emergentes”, e também fortalecendo as relações sul-sul, mesmo com isso causando perda financeira para a Petrobras e outras estatais.

Essa liderança é fundamental para qualquer tipo de integração no continente consiga algum sucesso. Como líder absoluto, tanto em termos econômicos, populacionais, territorial, etc. somente o Brasil tem capital político e *soft power* suficientes para mediar todas as etapas desse processo. No momento, as relações com os países do Cone Sul e a Venezuela, fundamental por também ser membro da OPEP, se encontram bem avançadas graças ao Mercosul e ao alinhamento político de seus governos, bem como a forte presença da Petrobras e outras empresas nesses países.

A Unasul poderá vir a ser a ponte necessária para completar a integração com os outros países, principalmente os andinos, que historicamente sempre foram receosos com a projeção brasileira e em menor grau a argentina. É difícil vislumbrar se o projeto de integração energética da América do Sul, visto que os objetivos dos países em geral são bastante assimétricos entre si. Na história das relações internacionais em assuntos energéticos, esse ponto geralmente é a ruína de acordos entre países. E podemos ver como os interesses brasileiros e da Petrobras são bem dispares em relação ao restante, devido ao porte da companhia e sua presença global, além de liderança tecnológica em alguns setores. Porém, alguns pontos em comum, principalmente a crença no binômio desenvolvimento-soberania, podem ser fatores que permitam se não uma integração em um estágio mais avançado, ao menos o fortalecimento das relações comerciais, que parece ser um caminho mais palpável no momento.

Porém, sem que essas empresas estatais estejam focadas nesse processo, suas chances de sucesso caem bastante. Ambas as empresas estão mergulhadas em profunda crise, em compasso com a própria situação econômica de seus países. Uma vez nessa situação, elas parecem optar por buscar soluções caseiras para voltar a crescer. Desde a re-estatização, a YPF vem buscando adquirir cada vez mais ativos dentro da Argentina que pertencem a empresas estrangeiras, Petrobras inclusa (Fonte: Clarín). A PDVSA desacelerou também, muito devido a sua ligação excessiva com o estado, que é mal vista perante o mercado e também sujeita suas regulações mais aos acontecimentos políticos do país. Além de todo

o cenário novo que o Pré-Sal trouxe a própria Petrobras, com novas reservas dentro de seu território.

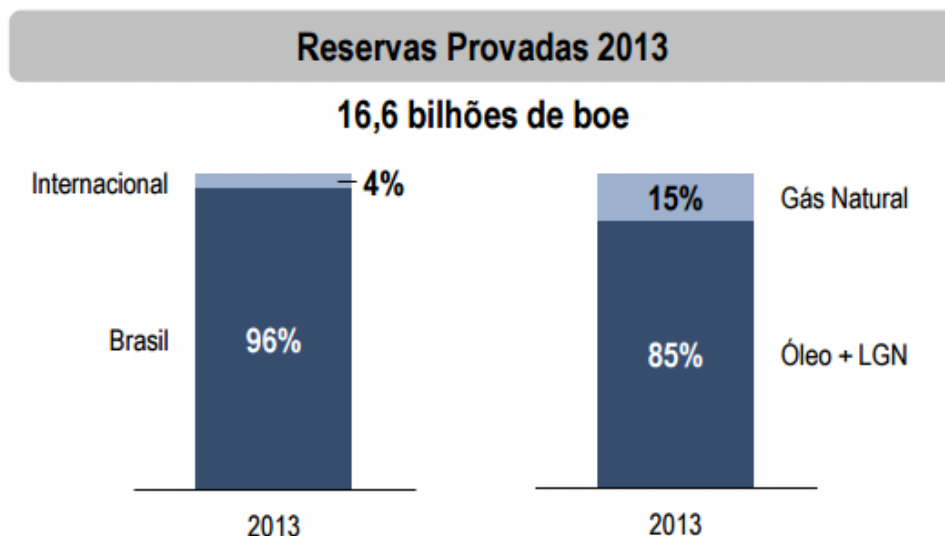


Figura 17: Reservas de Petróleo e Gás comprovadas da Petrobras. Fonte: Petrobras, 2013

Podemos observar pelo gráfico acima que as reservas da Petrobras dentro de território brasileiro disparam em tamanho, elas que sempre foram predominantes por larga vantagem, ficam ainda mais soberanas. Conforme vemos, as reservas em território brasileiro são cerca de 96% do total (Petrobras, 2013). Isso indica que para atingir o tripé de segurança energética (Preço, Acesso e Abastecimento), o Brasil pode depender apenas de recursos vindo de seu próprio território. Sem dúvidas, a Petrobras, mesmo nesse cenário de crise, se mostra a empresa mais preparada da América do Sul, a com melhores tecnologias do setor, e a mais diversificada.

Comparando a evolução histórica, entre 1960 e 2010, a Petrobras produzia no primeiro período 96 mil barris de petróleo por dia. No segundo já produzia mais de 2137 mil barris por dia. Enquanto isso, a Argentina nesse período variou de 276 mil para 651 mil apenas, e a Venezuela oscilou de mais de 3500 mil para 2400 mil. Contando com a capacidade de refino, mesmo deficiente, a Petrobras também foi quem mais evoluiu no continente. Saltou de 347 mil barris por dia de capacidade de refino para mais de 2000 mil. Uma evolução cerca de seis vezes do valor inicial, colocando-a muito à frente das demais, onde a YPF saltou de 402 mil para 638 mil e a PDVSA de 1120 para 1303 (Fonte: British Petroleum, 2012). A evolução fica nítida no gráfico abaixo:

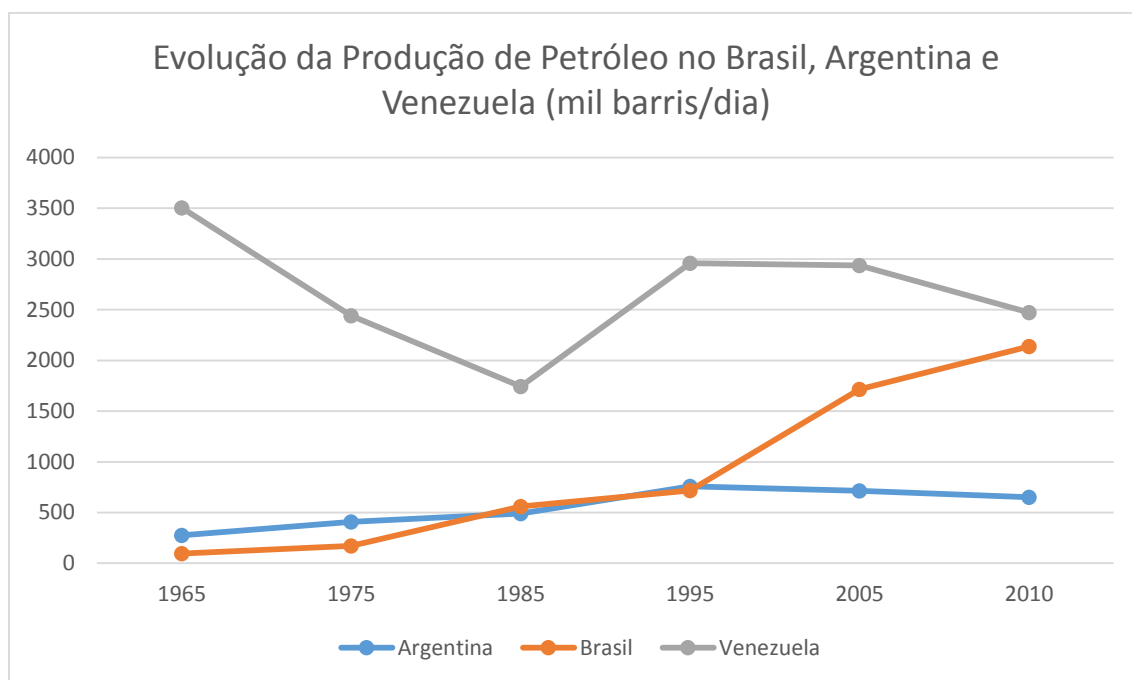


Figura 18: Gráfico de Evolução da produção petrolífera dos países sulamericanos nas últimas 5 décadas. Fonte: British Petroleum. Edição nossa

Com isso, fica evidente que a Petrobras detém o maior avanço técnico dentre as estatais petroleiras da América do Sul na última metade de século, estando perto também de se tornar a maior produtora. Mesmo tendo valores iniciais modestos em comparação, pode-se dizer que superou com certa tranquilidade a concorrência local. O posto de maior exportadora já é bem mais difícil de se alcançar pois a demanda interna brasileira é muito superior à venezuelana, que praticamente exporta toda a sua produção. Mesmo assim, a Petrobras se mostra nitidamente como a empresa mais capacitada para se firmar como líder financeira, produtiva e tecnológica no setor, sendo, portanto, a mais importante em um possível processo de integração caso ele venha a ocorrer e ser bem-sucedido. Isso, claro, se assim for o plano da companhia.

4.5 O uso (Geo)político da Petrobras

Desde a sua fundação, a Petrobras esteve subordinada aos interesses dos governos brasileiros, tornando-se assim desde o princípio um canal para o estado brasileiro coordenar suas políticas em torno do petróleo no que tangia exclusivamente as regulações da atividade do setor petrolífero dentro de seu próprio território, bem como da importação dele do exterior, ainda mais no início quando a dependência da exportação era crítica.

Conforme vimos, essa situação foi lentamente mudando nas décadas posteriores, e agora, mais de 60 anos após sua fundação, o cenário mudou completamente. O que não mudou, porém, é a forma como a estatal foi sendo sistematicamente utilizada não apenas como empresa que regulava os assuntos relacionados a petróleo (e gradualmente ampliando o leque de métodos de produção de energia), mas também como ferramenta para que o governo brasileiro pudesse projetar sua imagem no exterior, transformando a empresa em um símbolo de prosperidade e sucesso em consonância com a ideia de um Brasil forte e desenvolvido, a par com o paradigma nacional-desenvolvimentista que constantemente é hegemônico no país desde, justamente, os governos de Getúlio Vargas.

Outro lado da moeda dessa relação entre Estado e estatal foram os constantes usos políticos da empresa. E quando dizemos políticos, nos referimos as relações de politicagem, partidarismo e demais relações escusas da política nacional. Os casos de corrupção na empresa, geralmente envolvendo políticos e empreiteiros, são históricos e extensos. Apesar de muita coisa estar vindo à tona somente agora com o desencadeamento da operação Lava-Jato, lançada pela Polícia Federal no começo de 2014, é provável que muita coisa fique oculta para sempre nos arquivos da empresa.

A lista de crimes e prejuízos tem se mostrado incalculável por enquanto, passando da casa da centena de bilhões. E isso é porque a investigação cobre apenas a última década. Se fossemos a fundo mesmo no histórico da empresa, certamente mais irregularidades seriam encontradas. É uma situação que chega a ser quase inevitável: Tanto os governos brasileiros, quanto a própria indústria petrolífera em si, são marcados pela constante corrupção e “jogo sujo”. A Petrobras sendo essencialmente a junção das duas, não haveria como fugir à regra. Uma situação ruim para a empresa, que não só tem uma perca financeira gigantesca, como tem sua imagem e reputação manchada aos olhos de investidores e público-consumidor, o que é extremamente problemático para uma companhia que tem ações sendo especuladas na bolsa para atrair investidores.

Só que não podemos deixar de ressaltar que a principal função da empresa, apesar de toda essa situação, é a de ser o braço do governo brasileiros nas questões energéticas (juntamente com a outra estatal brasileira do setor, a Eletrobrás), pois apesar de ela não ser mais 100% estatal, ainda tem o governo brasileiro como sócio majoritário, o que na prática ainda a deixa sob seu controle (Mesmo que em menor grau do que outras estatais da América do Sul). E esse papel tem um viés fortemente geopolítico, principalmente quando paramos para analisar o avanço internacional da estatal, não só na América do

Sul, como no resto do mundo. No seu último plano estratégico, a empresa dá destaque, além da América Latina, para África e Estados Unidos. Os motivos para isso estão na aplicabilidade de sua tecnologia de extração *offshore* ser utilizada nessas regiões, especialmente no Golfo da Guiné e no Golfo do México, além da aquisição de refinarias, suprimindo a própria carência nesse setor. Mas indo além, quando pensamos em conjunto os próprios interesses da diplomacia brasileira e das futuras aspirações exportadoras da companhia, podemos identificar outras razões para o avanço nessas regiões. A África se tornou um dos focos das relações internacionais do Itamaraty a partir dos mandatos do ex-presidente Lula, com ênfase na sua perspectiva de se tornar líder dos países em desenvolvimento, a fim de obter a desejada vaga no Conselho de Segurança da ONU. Já em relação aos Estados Unidos, existe o desejo de se inserir num dos maiores mercados consumidores de petróleo e derivados do mundo, por isso as aquisições ocorridas na última década dentro do país norte-americano (apesar de casos como a refinaria de Pasadena, atingida pela Operação Lava-Jato, terem comprometido isso).

Tanto o Brasil e a Petrobras apresentam falhas históricas em relações à sua ação geopolítica na região. Principalmente quando comparamos a influência e a presença dos dois nos países do Cone Sul e nos andinos. Enquanto que no sul do sub-continente podemos constatar a criação e consolidação dos fluxos geográficos na região que são direcionados para e pelo Brasil, não vemos o mesmo do lago Titicaca para cima. Apesar da presença firme na Bolívia (apesar dos pesares), cuja posição geográfica no continente é estratégica (alguns autores clássicos consideram que dentro do território boliviano se encontra o estaria mais perto de ser um “*heartland*” sul-americano), os brasileiros nunca atingiram o mesmo nível de inserção territorial nos outros países andinos. Desde 2013, por exemplo, a Petrobras não possui mais qualquer ativo dentro de Equador e Peru. Claro, o avanço na Venezuela é importante e de grande impacto, mas criam-se lacunas ao perder domínio espacial nessa sub-região, deixando lacunas que comprometem uma integração mais completa e até mesmo qualquer tipo de integração. Isso limita a área de influência que o Brasil conseguiria exercer na América do Sul, o que abre espaços para a vinda de outros países mais robustos em termos de *soft power*, como a China e os Estados Unidos.



Figura 19: Mapa de Gasodutos existentes na América do Sul, uma amostra da pouca conexão entre o Cone Sul e a Região Andina mais ao norte. Divergências entre os países e obstáculos naturais são os maiores empecilhos na integração energética. Fonte: EPPGG

Todavia, mesmo com todos os problemas e dificuldades, a Petrobras ainda se encontra em uma posição favorável em termos de perspectivas futuras, ainda mais em contraste com seus pares sul-americanos, caso consiga superar a atual crise política e econômica que passa. Sua produção continua crescendo, atua em todos os continentes, é líder em termos tecnológicos na área offshore, e assegura ao Brasil uma condição relativamente favorável em termos de segurança energética, tendo acesso a grandes reservas dentro do território brasileiro, mas também fora dele. Seu objetivo de se tornar a maior empresa de energia integrada da América Latina ainda é plausível e palpável, nem que seja por não necessariamente conseguir se tornar a maior, mas talvez, o menos pior. E com isso, providenciar ao Brasil uma posição geopolítica valiosa para as décadas futuras, onde a disputa pelas fontes de energia deverá continuar sendo um dos maiores focos da ação dos agentes nacionais e internacionais da política mundial.

Considerações Finais

Mesmo passando por uma grave crise, sendo acusado de estar decadente, de ter seu potencial jogado pelo espaço nos últimos anos, é impossível menosprezar sua força dentro do cenário mundial. Essa frase poderia ser sobre a Petrobras, o Brasil e até o mesmo o petróleo. Na realidade, encaixa perfeitamente nos três. Em uma visão mais pessimista, até mesmo na integração sul-americana. Fazendo várias generalizações e excluindo os diversos pormenores, citamos nesse parágrafo nossos principais objetos de estudo, no qual todos eles têm uma relação direta entre si (Em sequência, melhor arranjado dessa maneira: petróleo -> Petrobras -> Brasil -> Integração Regional). Neste mundo contemporâneo de economia globalizada, este caso exemplifica a interdependência que as nações têm dentre si para buscar o alcança de objetivos em comum, como a busca pelos recursos energéticos.

Vimos que a relação entre Petrobras e o governo brasileiro é por demasiado intrínseca, não sendo o padrão de uma outra estatal qualquer. Quando na década de 1990, várias estatais foram sendo privatizadas de diversos setores da economia, a Petrobras foi a que mais sofreu pressão da população brasileira para não ser privatizada, principalmente quando tudo indicava que isso aconteceria. Ao invés disso, conforme já abrangemos, ela “apenas” teve que abrir seu capital, tornando-se uma empresa mista, mas com o governo Brasileiro sendo seu acionista majoritário. Na prática, isso manteve a empresa como o braço do Estado Brasileiro em questões energéticas.

Logo, a busca de lucro, embora fundamental e essencial para qualquer empresa se manter rentável e viável, não é, e dificilmente será, a prioridade da empresa. Sua função sempre será representar o Brasil, independente de eventual prejuízo que isso possa lhe causar e quanto mal-intencionado sejam alguns de seus governantes. Por outro lado, isso à permite ter um suporte financeiro que talvez não tivesse se fosse totalmente privada, e mesmo pode facilitar a buscar por novas parcerias internacionais como parte de projetos diplomáticos, apesar de evidentemente ter que buscar agradar seus acionistas e se mostrar como competente e próspera perante o mercado interno e externo.

A era de ouro da Internacionalização da empresa aparenta ter chegado à um esgotamento precoce, com o advento do Pré-Sal, as barreiras diplomáticas históricas e a própria crise da empresa. Mas é sempre bom lembrar que esses recuos são comuns e até mesmo um

procedimento padrão na indústria petrolífera. A estratégia atual da empresa visa a recuperação econômica e de prestígio, centradas na exploração interna e possível mudança de patamar do Brasil dentro do comércio internacional de petróleo, sendo alçado ao posto de um grande produtor de petróleo graças ao Pré-Sal. Não deixa de ser uma possibilidade que uma vez passada a crise e com parte dos planos relacionados ao Pré-Sal sejam bem-sucedidos, uma nova etapa no processo de internacionalização da empresa possa surgir com também, incluindo um outro período de aquisições como entre 1997 e 2006.

Com isso, resta ver se tanto Brasil como Petrobras conseguirão alcançar o posto de importância dentro da ordem mundial que tanto anseiam. Para tal, não bastará apenas ser o país e empresa “menos fracassado” da América do Sul, conforme alguns autores apontam. Embora tenha ao longo das últimas décadas mostras de que enfim poderia decolar rumos a padrões mais altos do que o de uma potência média sub-imperialista, pouco conseguiu permanentemente para consolidar um status maior como o de um *major player*. Para isso, atingir a segurança energética e também estabelecer uma liderança regional efetiva no setor são pilares fundamentais. E através da Petrobras, é possível estabelecer uma estratégia geoeconômica que possibilite isso, com base nos acordos costurados com os outros países e as aquisições em seus territórios, uma forma efetiva de consolidar sua área de influência para além do território brasileiro.

Referências

- ALEM, Ana Claudia et CAVALCANTI, Carlos Eduardo – *O BNDES e o apoio a internacionalização de algumas empresas: Algumas reflexões*. In: Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 12, nº 24, P. 43-76, Dezembro, 2005
- ALMEIDA, André – *Internacionalização de Empresas Brasileiras: Perspectivas e Riscos*. Editora Campus e Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2007
- ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - *Anuário e Dados Estatísticos*. Rio de Janeiro, 2014
- ARAÚJO, Flávio Santos Tojal – *Petrobras: Seu papel na política de petróleo e processo de internacionalização econômica*. Dissertação, FGV. Rio de Janeiro, 1996
- ARROYO, Monica – *Mercosul: redefinição do pacto territorial vinte anos depois* – In: Argentina e Brasil: Possibilidades e Obstáculos no Processo de Integração Territorial. Ed: Humanitas. São Paulo, 2010
- BBC BRASIL – *Petrobras anuncia fim de produção e exploração de petróleo no Equador*. Caracas, 2010. Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101124_equador_cj_rc.shtml. Acesso em 27/05/2015
- BECKER, Martha e EGLER, Cláudio – *Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro, Record, 1993.
- BORINI, Felipe Mendes et RIBEIRO, Fernanda Cecília – *Desinvestimentos nos processos de Internacionalização: O Caso da Petrobras*. – In: RAD, Vol. 12, nº2, Mai/Jun/Jul/Ago. P. 20-42. São Paulo, 2010
- BRITO, Marco et SANTOS, Edmilson et ROUSSEAU, Isabelle et NAVA, Pablo – *A dialética da segurança energética e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira*. In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012
- BRITISH PETROLEUM - *BP Statistical Review of World Energy 2012*. Londres, 2012

- CARRA, Marcos - *A Petrobras e a Integração com a América do Sul: As divergências com o governo brasileiro*. Tese, UFRGS. Orientador: Profº Dr. Carlos Schmidt Arturi. Porto Alegre, 2014
- COSTA, Wanderlei Messias – *Geopolítica e Geografia Política: Discursos sobre o território e o poder*. Editora Edusp/Hucitec. São Paulo, 2007
- COSTA, Armando Dalla et PESSALI, Húascar Fialho – *A Trajetória da Internacionalização da Petrobras na indústria de petróleo e derivados*. In: Revista História Econômica e História das Empresas. Vol. XII, nº 1, p. 5-32. Curitiba, 2009
- CONANT, Melvin et GOLD, Fern Racine – *A Geopolítica Energética*. Editora Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1981
- CURADO, Pedro Rocha - *O Brasil na América do Sul: Subimperialismo ou Liderança regional benigna?*. Artigo para o IV Colóquio da Sociedade Latino-americana para economia política e pensamento crítico. Montevideu, 2010
- EGLER, Cláudio A. Gonçalves et MATTOS, Margarida Maria C. L. – *Multinacionais do setor petrolífero, geoeconomia e integração regional na América do Sul*. In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012
- EPE (Empresa de Pesquisa Energética) – *Balanço Energético Nacional – ano base 2014*. Ministério de Minas e Energia. Brasília, 2015
- EPE (Empresa de Pesquisa Energética) – *Balanço Energético Nacional – ano base 2013*. Ministério de Minas e Energia. Brasília, 2014
- ESTADAO – *Petrobras fechará 38 empresas no exterior até 2015*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,petrobras-fechara-38-empresas-no-externo-ate-2015,169199e>. Acesso em 23/03/2015
- FOLHA DE S. PAULO – *Gasolina e Diesel estão mais caros no Brasil do que no exterior*. São Paulo, 2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/12/1556228-gasolina-e-diesel-estao-mais-caros-no-brasil-que-no-externo.shtml>. Acesso em 28/03/2015

- FERREIRA, Pablo Gabriel – *A Petrobras e as reformas no setor de petróleo e gás no Brasil e na Argentina*. Part. Dissertação, UFF. Publicado em Rev. Sociol. Pol., vol 17, n 33. P. 85-96. Rio de Janeiro, 2008
- G1 – *Petrobras reduz investimentos em 37% em novo plano de negócios*. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/06/petrobras-reduz-investimentos-em-37-em-novo-plano-de-negocios.html>. Acesso em 01/07/2015
- G1 – *Petrobras vende US\$ 101 milhões em ativos na Argentina*. São Paulo, 2015. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/03/petrobras-vende-us-101-milhoes-em-ativos-na-argentina.html>. Acesso em 13/05/2015
- HAGE, José Alexandre Altahyde – *Bolívia, Brasil e o Gás Natural: Um Breve Debate* – In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol 2, Nº 1, Janeiro-Junho, 2008
- ISAPE – *Perspectivas e Desafios para a Integração Sul-Americana*. Isape debate, nº1. Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia. Porto Alegre, 2012
- MARTIN, André Roberto – *Sopa de Letrinhas: Alba, Alca, Mercosul, Unasul, Can... Para onde vai a Integração Latino-Americana?*. In: Argentina e Brasil: Possibilidades e Obstáculos no Processo de Integração Territorial. Ed. Humanitas. São Paulo, 2010
- MIYAMOTO, Shinguenoli – *Geopolítica do Brasil: Algumas considerações*. In: Geopolítica e Relações Internacionais, CARVALHO, Leonardo Arquimino (org.), Ed. Juruá, 2011
- PETROBRAS – *Relatório de Gestão 2011*. Rio de Janeiro, 2012
- PETROBRAS – *Relatório de Gestão 2012*. Rio de Janeiro, 2013
- PETROBRAS – *Plano Estratégico 2030*. Rio de Janeiro, 2014
- PETROBRAS – *Plano Estratégico 2020*. Rio de Janeiro, 2007
- PETROBRAS – *Plano de Negócios e Gestão 2015-2019*. Rio de Janeiro, 2015
- PETROBRAS – *Plano de Negócios e Gestão 2014-2018*. Rio de Janeiro, 2013
- PETROBRAS – *Balanço Social 2003*. Rio de Janeiro, 2004

-RAMOS, Augusto Sergio Figueiredo - *A Internacionalização da Petrobras e seus desafios em Angola (1975-2009)* – Tese. UnB, Orientador: Profº Dr. Antônio Carlos Lessa. Brasília, 2009

-RIBEIRO, Fernanda Cecília Ferreira et JUNIOR, Moacir de Miranda Oliveira – *Transferência e Transferência Reversa de Conhecimento: o caso da Aquisição da Perez Companc pela Petrobras na Argentina*. In: RBGN, v. 11, nº 30. P. 79-93. Jan/mar. São Paulo, 2009

-RIBEIRO, Fernanda Cecília Ferreira – *Estratégia Internacional da Petrobras: Estudo de Caso da Aquisição da Perez Companc na Argentina*. Dissertação. PUC, Orientador: Prof. Dr. Moacir de Miranda Oliveira Junior. São Paulo, 2006

-RIO, Gisela Aquino Pires do – *Petróleo e Gás Natural: de fronteira em fronteira, do espaço às superfícies de regulação*. In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

-SILVA, Paulo Roberto – *Comércio de gás entre Brasil e Bolívia – interesses e atores da nacionalização de 2006*. Dissertação, USP. São Paulo, 2012

-SOUZA, Nilson Araújo – *Os negócios internacionais da Petrobras*. Artigo. São Paulo, 2007

-UOL. *Lula: Integração Energética na região evitará “apagões” e crises*. La Paz, 17 de dezembro de 2007. Disponível em <http://economia.uol.com.br/ultnot/afp/2007/12/17/ult35u56899.jhtm>. Acesso em 23/05/2015

-VIZENTINI, Paulo Fagundes – *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2012.

Sites:

- (<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/>) – Acesso em 06/05/2015

- (<http://www.petrobras.com/pt/quem-somos/presenca-global/>) – Acesso em 12/03/2015

- (<http://www.petrobras.com/es/paises/argentina/argentina.htm>) – Acesso em 23/04/2015

- (<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/gasodutos/>) – Acesso em 26/04/2015

- (<http://www.iea.org/>) – site da International Energy Agency – Acesso em 16/06/2015